



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 1 /2019 – CGPMTCS

Ata da I Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, às 14 horas, no auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas,  
2 reuniram-se no auditório do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Londrina,  
3 convocados por meio de e-mail, os senhores: Carlos Alberto Siqueira, Diretor de  
4 T ansparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (CGM),  
5 Adriana Martello Valero, Secretária Municipal de Recursos Humanos (SMRH), Cilmara  
6 Caldeirão, membro titular da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Denise T. Bertini,  
7 da Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP), Fábio Vinícius Molin, membro  
8 titular do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, José Albino, do  
9 Observatório de Gestão Pública de Londrina, Saulo F. A. Vieira, Pablo Henrique  
10 Paschoal Capucho, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Angela Biazon  
11 Moraes Massoni (CGM). O Sr. Carlos, suplente do Coordenador do Comitê, Sr.  
12 Newton, deu início à reunião às 14 horas e 15 minutos, justificando a ausência do  
13 Coordenador e dando as boas-vindas a todos. Apresentou o novo Regimento Interno  
14 da Controladoria-Geral do Município, aprovado através do Decreto Municipal nº  
15 1667/2018 enfatizando a criação da Diretoria de Transparência e Prevenção à  
16 Corrupção (DTPC), unidade então responsável por apoiar os trabalhos do Comitê  
17 Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social, instituído pelo Decreto  
18 Municipal nº386/2014 e suas alterações. Comunicou na sequência o resultado obtido  
19 junto à avaliação da Controladoria-Geral da União na Escala Brasil Transparente  
20 (EBT), que tem como objetivo medir a transparência pública em estados e municípios  
21 brasileiros, cuja colocação se deu em 20º lugar. E se dispôs em atender as demandas  
22 dos presentes enquanto na execução das atribuições da DTPC. No sentido de  
23 melhoramento das ferramentas de Transparência, Professor Saulo sugeriu a  
24 ferramenta de pesquisa no Portal de maneira eficiente e que se fossem realizados  
25 vídeos explicativos à população de como proceder a consultas junto ao Portal do  
26 Município de Londrina. A secretária Adriana citou exemplos realizados na SMRH e  
27 também enfatizou a eficácia da publicação de vídeos, áudios explicativos. Todos  
28 entenderam que um dos principais objetivos da publicidade desses tutoriais seria o  
29 fortalecimento do controle social. Em seguida o Sr. Carlos questionou a SMGP na  
30 pessoa da sra. Denise a respeito da atualização do posicionamento dos contratos. Na  
31 sequência, Sr. Carlos continuou pontuando os procedimentos necessários a uma  
32 melhor transparência no Município e sugeriu a implementação de debates junto às  
33 emissoras de rádio, com o objetivo da Administração do Município se tornar mais  
34 próximo da população. Dando início ao assunto da pauta: análise do Plano de  
35 Transparência e Controle Social para Londrina (2017-2020), no que se refere ao  
36 projeto de Lei para nomeação do Controlador-Geral, Sr. Carlos explicou que no



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Controladoria-Geral do Município  
Comitê Gestor do Plano Municipal de  
Transparência e Controle Social  
Atas - 2019

37 momento tramita junto ao Gabinete do Controlador-Geral. Em referência à Ouvidoria,  
38 item 14 do Plano em referência, se discutiu a possibilidade da mudança da estrutura da  
39 Ouvidoria, porém se reconheceu o contexto atual da Administração e que é algo aberto  
40 a maiores discussões em futuras reuniões. Em referência ao item que trata sobre as  
41 publicações dos processos licitatórios foi colocado hoje a existência da ferramenta do  
42 processo SEI no que se refere à publicação da íntegra dos processos e também  
43 precariedade da divulgação por parte das Sociedades de Economia Mista, sendo  
44 necessária a melhoria por parte dessas entidades. Sr. Carlos se manifestou explicando  
45 que já foram enviadas algumas recomendações quanto ao atendimento da legislação  
46 pertinente no que se refere à publicação na íntegra dos processos licitatórios. E  
47 também destacou uma ferramenta importante de análise o Portal Informação para  
48 Todos disponibilizado no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (PIT –  
49 TCE-PR). Em decorrência do tempo de reunião esgotado, Sr. Carlos agradeceu a  
50 presença de todos, comunicou a data da próxima reunião, a ser realizada no dia 12 de  
51 março de 2019, e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Angela  
52 Biazon Moraes Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo  
53 Senhor Carlos Alberto Siqueira e demais presentes. Londrina, 12 de fevereiro de 2019.  
54 A reunião foi encerrada às 15 horas e 40 minutos.

55  
56 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
57  
58 Adriana Martello Valero: \_\_\_\_\_  
59  
60 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_  
61  
62 Cilmara Caldeirão: \_\_\_\_\_  
63  
64 Denise T. Bertini: \_\_\_\_\_  
65  
66 Fábio Vinícius Molin: \_\_\_\_\_  
67  
68 José Albino: \_\_\_\_\_  
69  
70 Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_  
71  
72 Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 2 /2019 – CGPMTCS

Ata da II Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 12 de março de 2019, às 14 horas, no auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas,  
2 reuniram-se no auditório do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Londrina,  
3 convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura, Controlador-  
4 Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de  
5 Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
6 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (CGM), Cilmara  
7 Caldeirão, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cinthia Mara Camillo da  
8 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação (SMPOT), Fábio  
9 Cavazotti, Secretário Municipal de Gestão Pública (SMGP), Fábio Vinicius Molin, do  
10 Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, Julliana Faggion Bellusci, da  
11 Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), Marcelo Frazão, da Secretaria  
12 Municipal de Gestão Pública (SMGP), Pablo Henrique Paschoal Capucho, Saulo F. A.  
13 Vieira, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e Angela Biazon Moraes Massoni  
14 (CGM). O Sr. Newton, Coordenador do Comitê, deu início à reunião às 14 horas e 08  
15 minutos, dando boas-vindas a todos. Comunicou a princípio da nomeação dos  
16 integrantes da Universidade Estadual de Londrina e Observatório de Gestão Pública de  
17 Pública de Londrina, nomes que faltam para a publicação do Decreto Municipal com os  
18 atuais integrantes do Comitê. Dando continuidade à reunião, prosseguiu com a análise  
19 do Plano Municipal de Transparência e Controle Social, no item 15. Com relação à  
20 publicação dos procedimentos administrativos licitatórios, atualmente encontram-se  
21 disponíveis no processo SEI (Sistema Eletrônico de Informações), sistema utilizado  
22 pela administração do Município de Londrina, e portanto, deu-se como parcialmente  
23 concluídos os itens 15.1 e 15.2, pois as empresas públicas ainda não atendem ao  
24 previsto nesses itens. No que se refere à pesquisa, Sr. Fábio Molin pontuou algumas  
25 deficiências na publicação das licitações da Companhia Municipal de Trânsito e  
26 Urbanização (CMTU), bem como das informações de pessoal existentes no Portal da  
27 Transparência do Município. Ao se realizar uma pesquisa junto ao Portal do Município  
28 com relação aos dados de pessoal, tanto no computador, como em celulares de alguns  
29 membros, foi verificado com os exemplos pesquisados que está tudo regularizado em  
30 referência à pesquisa de pessoal, então foi orientado ao Sr. Fábio, orientar a pessoa  
31 demandante formular requerimento, com o "print" da tela em que está apresentando a  
32 divergência de informações. Marcelo Frazão sugeriu a participação das demais  
33 entidades nas reuniões do comitê para discussão dos pontos elencados no Plano, a  
34 CMTU seria um exemplo. O coordenador Newton esclareceu a necessidade deste  
35 grupo tratar e priorizar a análise do Plano e indicar os responsáveis pelas demandas  
36 elencadas. Professor Saulo sugeriu a implementação de uma nova ação contemplando



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 as ações dessas entidades especificamente. O item 15.3 foi colocado como “para  
38 execução” e para o item 15.4 entrou-se em discussão a respeito da efetividade e  
39 legalidade desse interação proposta. Professor Saulo colocou que atualmente há a  
40 possibilidade do peticionamento via SEI, esclarecido pela sra. Cinthia que se faz  
41 através do formulário da Ouvidoria. Marcelo Frazão informou que também há a relação  
42 dos contatos dos servidores pregoeiros para maiores detalhes a respeito dos  
43 procedimentos licitatórios. Professor Saulo sugeriu a alteração da redação do item, e  
44 por fim, após deliberação dos presentes, decidiu-se incluir no campo de observação: “A  
45 própria ferramenta SEI possibilita os questionamentos por parte dos cidadãos, além  
46 dos contatos disponibilizados, através de e-mail, telefone. Entendendo o comitê que  
47 existem atualmente limitações legais no que se refere às intervenções no próprio texto  
48 do procedimento licitatório.” Em referência ao item 16: Projetos da Secretaria de Obras,  
49 foi verificado junto ao Portal da Transparência que necessita da implantação de rotinas  
50 de atualização. Quanto aos itens 17: Projetos do IPPUL e 18: Projetos CODEL,  
51 verificou-se também que encontra-se desatualizado, não finalizado. Ao fim da reunião,  
52 o coordenador do comitê comunicou que iria encaminhar aos responsáveis definidos  
53 até o item então analisado, as pendências das ações ainda não executadas ou  
54 parcialmente executadas, solicitando uma atualização quanto ao responsável pela  
55 ação. Em decorrência do tempo de reunião esgotado, Sr. Newton Hideki Tanimura  
56 agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar,  
57 eu, Angela Biazon Moraes Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada, será  
58 assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 12 de  
59 março de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e 30 minutos.

60  
61 Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_  
62  
63 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
64  
65 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_  
66  
67 Cilmara Caldeirão: \_\_\_\_\_  
68  
69 Cinthia Mara Camillo: \_\_\_\_\_  
70  
71 Fábio Cavazotti: \_\_\_\_\_  
72  
73 Fábio Vinícius Molin: \_\_\_\_\_  
74  
75 Julliana Faggion Bellusci: \_\_\_\_\_  
76  
77 Marcelo Frazão: \_\_\_\_\_  
78  
79 Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_  
80  
81 Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 3 /2019 – CGPMTCS

Ata da III Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 09 de abril de 2019, às 14 horas, no laboratório da Escola de Governo do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas,  
2 reuniram-se no laboratório da Escola de Governo do Prédio Administrativo da  
3 Prefeitura Municipal de Londrina, convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton  
4 Hideki Tanimura, Controlador-Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do  
5 Plano Municipal de Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de  
6 Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (CGM),  
7 Cilmara Caldeirão, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cinthia Mara Camillo da  
8 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação (SMPOT), José  
9 Albino, do Observatório de Gestão Pública de Londrina, Juarez Paulo Tridapalli,  
10 Secretário Municipal de Governo, Pablo Henrique Paschoal Capucho, Saulo F. A.  
11 Vieira, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e Angela Biazon Moraes Massoni  
12 (CGM). O Sr. Newton, Coordenador do Comitê, deu início à reunião às 14 horas e 03  
13 minutos, dando boas-vindas a todos. Comunicou a princípio a justificativa da ausência  
14 do Sr. Fábio Molin, do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social e da  
15 Secretária Municipal de Recursos Humanos, Sra. Adriana Martello Valero e sua  
16 suplente, a sra. Julliana Faggion Bellusci. Dando continuidade à reunião, mencionou a  
17 respeito dos comunicados, através de processo SEI, realizados pela Controladoria-  
18 Geral aos órgãos responsáveis das pendências das ações ainda não executadas ou  
19 parcialmente executadas no Plano Municipal de Transparência e Controle Social, em  
20 que solicitou uma atualização quanto ao responsável pela ação e informou que até o  
21 momento não havia recebido respostas, os processos encontram-se em tramitação nos  
22 órgãos demandados. Prosseguiu com a análise do Plano Municipal de Transparência e  
23 Controle Social, no item 19, que trata a respeito da divulgação dos Atos Normativos do  
24 Poder Executivo. Nesse momento, o Secretário Municipal de Governo, Sr. Juarez  
25 Tridapali, iniciou sua participação na reunião. Questionado pelo Sr. Newton sobre esse  
26 item, o mesmo esclareceu que fez pesquisas de orçamento de sistemas que viabilizam  
27 pesquisas a exemplo do site do Planalto Federal, com a disponibilização das  
28 normativas atualizadas. Sr. Newton destacou a importância da publicação dos atos  
29 atualizada, devidamente "linkado". Professor Saulo perguntou se o sistema do Planalto  
30 Federal é de desenvolvimento próprio daquele órgão. O Secretário Municipal de  
31 Governo não soube responder e destacou que este item está previsto no projeto do  
32 Plano de Modernização do Município. Constatou-se que a pesquisa atual no Portal do  
33 Município de Londrina não é prática e objetiva. Na sequência, o servidor Carlos  
34 Siqueira questionou sra. Cinthia a respeito da funcionalidade da consulta dos atos  
35 normativos no Jornal Oficial do Município. De acordo com a representante da Diretoria  
36 de Tecnologia da Informação (DTI – SMPOT), sra. Cinthia, está inclusa no projeto do



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 novo portal ferramenta de busca dos atos normativos publicados no Jornal Oficial. Foi  
38 decidido propor à Secretaria Municipal de Governo (SMG) o desenvolvimento de  
39 sistema, pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), semelhante à Prefeitura de  
40 Curitiba, para registro por parte dos órgãos e entidades, de dados para pesquisa de  
41 atos, com baixa de decreto regulamentador. E confirmar com SMG a inclusão desse  
42 item no Projeto de Modernização (PMAT 3). Sra. Cinthia ainda destacou que a  
43 pesquisa dos jornais oficiais atuais contemplará maiores facilidades e se adequará ao  
44 novo Portal do Município e que a empresa que tem realizado o desenvolvimento e  
45 customização de layout do novo Portal de Internet do Município de Londrina, foi  
46 demandada com relação à melhoria na pesquisa dos jornais antigos. Professor Saulo  
47 questionou a respeito da pesquisa dos atos normativos do Planalto Federal e sra.  
48 Cinthia esclareceu que naquele sistema há uma parte manual, que atualiza as leis na  
49 forma como consta atualmente no Portal do Planalto Federal. Sr. Newton pontuou que  
50 caberia, a princípio, a cada órgão e unidade o dever de atualizar suas próprias  
51 normativas. Sra. Cinthia informou que há uma empresa contratada pela administração  
52 que fará a digitalização das leis e decretos existentes na Secretaria Municipal de  
53 Governo e que atualmente os documentos das normativas encontram-se em quatro  
54 situações: física, arquivo formato Word, Jornal Oficial do Município e no Processo SEI  
55 (Sistema eletrônico de Informações). Nesse contexto, Sra. Cinthia enfatizou a  
56 necessidade da atualização correta da informação. Professor Saulo pontuou a  
57 necessidade de se organizar de forma centralizada os atos normativos, onde cada  
58 órgão atualizaria em um ambiente central seus próprios atos. Sr. Newton sugeriu à DTI  
59 a formatação da consulta como a título de exemplo o layout adotado pela Prefeitura  
60 Municipal de Curitiba. Dando continuidade aos itens do Plano, prosseguiu-se à análise  
61 do item 20, em que se refere à publicidade de informações relativas aos servidores da  
62 Prefeitura do Município de Londrina. Em referência às informações de diárias de  
63 viagens, foi pesquisado o relatório de empenhos junto ao Portal da Transparência. Sra.  
64 Cinthia pontuou que o sistema de contabilidade contratado atualmente deveria ser  
65 demandado a respeito da melhoria do relatório então analisado. O Sr. Carlos  
66 esclareceu que há demanda para o sistema de contabilidade (Equiplano) a fim de  
67 viabilizar relatório em dados abertos (modelo semelhante ao do TCE-PR). Diante do  
68 tema discutido, professor Saulo sugeriu um processo de conscientização dos  
69 servidores sobre o que deve ser publicado, de forma ativa no Portal do Município de  
70 Londrina. Sr. Newton expôs a necessidade de se organizar através da Diretoria de  
71 Tecnologia da Informação, o formato de disponibilização das informações necessárias  
72 a serem publicadas. Professor Saulo sugeriu projeto de formulação de um plano piloto  
73 voltado à Transparência Ativa através de termo firmado junto à Universidade Aberta do  
74 Brasil (UAB). Sr. Newton pede desculpas por ultrapassar o horário de encerramento  
75 previsto da reunião, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da  
76 qual, para constar, eu, Angela Biazon Moraes Massoni, lavrei a presente ata que, se  
77 aprovada, será assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes.  
78 Londrina, 09 de abril de 2019. A reunião foi encerrada às 16 horas.

79  
80 Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_  
81  
82 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
83  
84 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Controladoria-Geral do Município  
Comitê Gestor do Plano Municipal de  
Transparência e Controle Social  
Atas - 2019

85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96

Cilmara Caldeirão: [REDACTED]

Cinthia Mara Camillo: [REDACTED]

José Albino: [REDACTED]

Juarez Paulo Tridapalli: [REDACTED]

Pablo Henrique Paschoal Capucho: [REDACTED]

Saulo F. A. Vieira: [REDACTED]

MARCELO FRASATO - [REDACTED]





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 4 /2019 – CGPMTCS

Ata da IV Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 14 de maio de 2019, às 14 horas, no laboratório da Escola de Governo do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas,  
2 reuniram-se no laboratório da Escola de Governo do Prédio Administrativo da  
3 Prefeitura Municipal de Londrina, convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton  
4 Hideki Tanimura, Controlador-Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do  
5 Plano Municipal de Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de  
6 Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (CGM),  
7 Cilmara Caldeirão, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cinthia Mara Camillo da  
8 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação (SMPOT), Fábio  
9 Vinícius Molin, do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, José Albino  
10 e Gabriel Barioni de Alcântara e Silva, do Observatório de Gestão Pública de Londrina,  
11 Marcelo Frazão, da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Angela Biazon Moraes  
12 Massoni (CGM). O Sr. Newton, Coordenador do Comitê, deu início à reunião às 14  
13 horas e 07 minutos, dando boas-vindas aos presentes. Apresentou a princípio a  
14 portaria de nomeação dos membros do comitê, em trâmite para publicação no Jornal  
15 Oficial do Município. Ao retomar a análise do Plano Municipal de Transparência e  
16 controle social, falou sobre o curso a respeito da Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto  
17 de 2018 que trata sobre a proteção de dados pessoais. E destacou que devemos rever  
18 as publicações criteriosamente, e observar itens que como, por exemplo, o CPF dos  
19 servidores e demais pessoas nas notas de empenho. O diretor Carlos pontuou que,  
20 para as notas de empenho geradas e publicadas através do sistema de contabilidade,  
21 a publicação no Portal da Transparência já se faz com a ocultação de dados pessoais,  
22 em atendimento à legislação. Nesse momento o Controlador-Geral pontuou a  
23 necessidade de relatórios mais informativos no Portal da Transparência, como, por  
24 exemplo, a relação de empenhos por dia, com seus respectivos valores, possibilidade  
25 de filtros. Atualmente essa consulta por relatório em formato aberto se faz possível  
26 mensalmente e anualmente. Sra. Cinthia esclareceu a importância da análise dos  
27 conjuntos de dados, e que a administração deve atentar a essa verificação, com  
28 enfoque no formato aberto, dicionário e histórico de dados. Voltando à análise do item  
29 nº 20 do Plano Municipal de Transparência e Controle Social, o Controlador-Geral  
30 pontuou que no que se refere às informações advindas do sistema de contabilidade  
31 atual, as demandas devem ser reportadas à equipe da empresa contratada do  
32 software. Porém com relação às informações que não constam na base do sistema de  
33 contabilidade, as demandas devem ser dirigidas à Diretoria de Tecnologia da  
34 Informação (DTI) da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.  
35 Sr. Newton questionou sra. Cinthia se a DTI teria condições de atender todas as áreas  
36 demandantes atuais da Prefeitura Municipal de Londrina, a lembrar: obras, recursos



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 humanos, tributário. Sr. Marcelo Frazão sugeriu uma relação a fim de se organizar e  
38 estabelecer um cronograma de atendimento das demandas existentes por parte da  
39 DTI. Sra. Cinthia se manifestou quanto à dificuldade da DTI no que se refere  
40 primeiramente ao levantamento geral dos dados. Sr. Newton solicitou que esse item  
41 fosse finalizado em outro momento em decorrência da ausência de representantes da  
42 Secretaria Municipal de Recursos Humanos. E finalizou que muitas informações de  
43 recursos humanos constam atualmente no Portal da Transparência em formato pdf.  
44 Com relação ao subitem que trata das diárias, há uma observação que tramita  
45 demanda junto ao sistema de contabilidade para melhoria dos relatórios hoje  
46 publicados. Dando continuidade à análise, o item 21, que prevê sobre a divulgação do  
47 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB foi dado como concluído.  
48 Análise do Item 22, que prevê sobre a elaboração e divulgação de relatórios anuais  
49 sobre todos os procedimentos realizados pela Controladoria-Geral do Município e  
50 indicadores de eficiência daí resultantes: há minuta de decreto que visa disciplinar a  
51 divulgação dos relatórios anuais sobre todos os procedimentos realizados pela  
52 Controladoria-Geral do Município (CGM) e indicadores de eficiência daí resultantes. Sr.  
53 Newton informou que tal minuta encontra-se em tramitação na Procuradoria-Geral do  
54 Município (PGM). Sr. Marcelo destacou a importância da publicação das ações  
55 desenvolvidas pela Controladoria-Geral do Município, bem como indicadores de  
56 eficiência. Sr Newton esclareceu que atualmente são elaborados os relatórios de  
57 auditoria, porém nem todos a CGM tem condições de realizar o acompanhamento para  
58 uma devida mensuração de índices. E pontuou que, após retorno da PGM, estima-se  
59 uma organização desses relatórios de irregularidades apuradas para sua devida  
60 publicação. Sr. Carlos sugeriu para o cumprimento desse item no que se refere aos  
61 relatórios de auditoria, o relatório gerado atualmente pela Corregedoria-Geral do  
62 Município. Item 23, que trata sobre a elaboração e divulgação de relatórios anuais  
63 sobre todos os procedimentos realizados pela Corregedoria-Geral do Município e  
64 indicadores de eficiência daí resultantes: foi dado como concluído. Item 24, que prevê  
65 sobre a criação da Ouvidoria-Geral do Município e a divulgação de relatórios com  
66 informações de forma a mensurar e identificar as ações realizadas: quanto a este item,  
67 chegou-se à conclusão que o subitem 2 (divulgação das ações realizadas) ainda não  
68 foi atendido e decidiu-se apresentar questionamento/demanda para a Ouvidoria-Geral  
69 do Município para manifestação quanto ao atendimento integral da ação. Na  
70 sequência, analisou-se o item 25, que trata sobre a criação de um Departamento de  
71 Formação de Preços e do Banco Municipal de Preços, que trará valores brutos e  
72 unitários de todas as compras realizadas pelo Município. O Sr. Marcelo Frazão explicou  
73 que houve a criação da coordenadoria de formação de preços na Diretoria de Gestão  
74 de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Gestão Pública (DGLC/SMGP).  
75 Quanto ao Banco de Preços, sra Cinthia pontuou quanto à existência dos preços  
76 registrados na consulta do edital de licitações. Constatou-se que há uma relação  
77 publicada, porém sem filtros. Os senhores Newton e Marcelo propuseram à sra. Cinthia  
78 a disponibilização dessa informação em formato aberto e, considerando que Banco de  
79 Preços está disponibilizado como Registro de Preços disponível na página da Licitação  
80 ícone (Preços Registrados) referente a produtos, faltam obras e serviços e igualmente  
81 valores brutos, decidiu-se encaminhar demanda para a SMGP para manifestação. Sr.  
82 Newton agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual, para  
83 constar, eu, Angela Biazon Moraes Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada,



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

84 será assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 14  
85 de maio de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e 26 minutos.

86  
87 Newton Hideki Tanimura: [Redacted Signature]

88  
89 Carlos Alberto Siqueira: [Redacted Signature]

90  
91 Angela Biazon Moraes Massoni: [Redacted Signature]

92  
93 Cilmara Caldeirão: [Redacted Signature]

94  
95 Cinthia Mara Camillo: [Redacted Signature]

96  
97 Fábio Vinícius Molin: [Redacted Signature]

98  
99 Gabriel Barioni de Alcântara e Silva: [Redacted Signature]

100  
101 José Albino: [Redacted Signature]

102  
103 Marcelo Frazão: [Redacted Signature]





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 5 /2019 – CGPMTCS

Ata da V Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 11 de junho de 2019, às 14 horas, no laboratório da Escola de Governo do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 laboratório da Escola de Governo do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de  
3 Londrina, convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura,  
4 Controlador-Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de  
5 Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
6 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (CGM), Adriana Martello  
7 Valero, Secretária Municipal de Recursos Humanos, Cinthia Mara Camillo da  
8 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação (SMPOT), Fábio  
9 Vinícius Molin, do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, Gisele  
10 Cristhiane Itiyama (CGM), José Albino O. Branco, do Observatório de Gestão Pública  
11 de Londrina, Juarez P. Tridapalli, Secretário Municipal de Governo, Saulo F. A. Vieira e  
12 Pablo Henrique Paschoal Capucho, representantes da Universidade Estadual de  
13 Londrina e Angela Biazon Moraes Massoni (CGM). O Sr. Newton, Coordenador do  
14 Comitê, deu início à reunião às 14 horas e 13 minutos, dando boas-vindas aos  
15 presentes. Destacou a princípio a importância da presença de todos os representantes  
16 do Comitê nas reuniões e esclareceu nota postada na web pelo Observatório de  
17 Gestão Pública de Londrina quanto ao discutido na última reunião no que se refere à  
18 restrição de informações por parte do Município. Sr. Newton entendeu que houve um  
19 mal entendido e explicou que foi discutida a observação da então Lei Federal nº  
20 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e  
21 altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Portanto, Sr. Newton esclareceu que foi  
22 discutido a respeito da restrição de tão somente dados pessoais e sigilosos, em  
23 conformidade com a legislação pertinente. Elucidou também que a Diretoria de  
24 Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município tem  
25 tomado providências quanto ao cumprimento da referida Lei Federal e enfatizou que a  
26 administração não tem intenção em ocultar aquilo que deve ser publicado, dentro da  
27 legalidade. Ao retomar a análise do Plano Municipal de Transparência e Controle  
28 Social, com a presença da Secretária Municipal de Recursos Humanos foi retomada a  
29 análise do item nº 20 (item VII do Plano de Transparência 2012) que trata sobre a  
30 publicação de informações referentes aos servidores públicos. Sr. Newton iniciou  
31 esclarecendo que atualmente há muitas informações que se referem a Recursos  
32 Humanos publicadas no Portal da Transparência, porém a sua maioria não se encontra  
33 em formato aberto, como os formatos: CSV e XML. A Secretária de Recursos  
34 Humanos, Sra. Adriana, comunicou que se encontra em andamento processo que trata  
35 a respeito da mudança de sistema e que uma dos primeiros aprimoramentos será a  
36 adequação do cadastro de servidor em sistema automatizado integrado. Porém, com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Controladoria-Geral do Município  
Comitê Gestor do Plano Municipal de  
Transparência e Controle Social  
Atas - 2019

37 relação à disponibilização em tempo real, a secretária expôs a atual dificuldade em  
38 decorrência da forma como hoje tramitam determinados processos. Citou exemplos de  
39 situações de alterações de lotação de servidor que são descobertas pela Secretaria  
40 Municipal de Recursos Humanos após um longo tempo da real mudança cadastral,  
41 chegando esse tempo a ser de até um ano. Professor Saulo pontuou a importância do  
42 centro de custos, que facilitaria esse procedimento, do que ocorre em tempo real em se  
43 tratando de informações de pessoal. O Secretário Municipal de Governo pontuou a  
44 importância da existência de um sistema, que poderia ser o de cartão ponto, que  
45 possibilite a verificação através do desempenho das atividades de cada servidor, ou  
46 seja, cada servidor, agente público, só conseguiria dar prosseguimento as suas  
47 atividades perante uma atualização cadastral, através da confirmação de dados  
48 cadastrais num sistema integrado. Sr. Carlos também pontuou ação da Controladoria-  
49 Geral do Município com o objetivo de amenizar tal situação de divergências cadastrais,  
50 através de recomendação acatada pela Secretaria de Recursos Humanos, da criação  
51 de cláusula no processo de designação de cargos de confiança prevendo as  
52 publicações no Portal do Município das devidas alterações ocorridas, nos links  
53 adequados. O Secretário Municipal de Governo insistiu na importância da “amarração”  
54 das informações através de um sistema considerando o universo de pessoal existente  
55 na Administração Municipal. Ainda em referência às alterações cadastrais de pessoal,  
56 Sr. Newton mencionou a situação da exclusão dos acessos, algo que também  
57 necessita ser automatizado. Sra. Cinthia esclareceu que no sistema folha há uma  
58 integração de informações da lotação. Porém o Controlador-Geral esclareceu que para  
59 tal integração deveria haver um único sistema, que fosse necessário apenas um  
60 cadastro para a correta atualização, evitando divergências. Professor Saulo concordou  
61 com a importância da integração. Sr. Juarez questionou Sra. Adriana quanto à  
62 possibilidade de integração do novo sistema ao sistema ponto. A Secretaria Municipal  
63 de Recursos Humanos respondeu que está previsto para o desenvolvimento do novo  
64 sistema. E pontuou também que muitas das dificuldades vivenciadas pela Secretaria de  
65 Recursos Humanos originam-se por conta de providências e atos que deveriam ser  
66 tomados por parte dos gestores. Comunicou ainda a respeito do Programa de  
67 Desenvolvimento de Líderes, que objetiva informar aspectos técnicos e  
68 comportamentais aos gestores, contando com o apoio de servidores da secretaria, bem  
69 como profissionais convidados. E finalizou destacando que a informação em tempo real  
70 é o grande desafio da Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Pontuando os itens  
71 elencados no Plano, concluíram-se já estarem disponibilizadas informações de:  
72 qualificação, lotação, atribuições, remuneração e tempo de serviço. Que se faz  
73 necessário demandar com o chefe do Executivo assinatura do Decreto que se refere às  
74 atribuições dos cargos comissionados. Quanto às penalidades: demandar junto à  
75 Corregedoria-Geral do Município (COGEM). Quanto ao formato aberto das  
76 informações: demandar o desenvolvimento do novo sistema de RH recém-contratado,  
77 dentro do prazo de seis meses. Quanto à disponibilização de informações do sistema  
78 de ponto digital em relatórios divulgados nos sites públicos dos respectivos órgãos da  
79 administração direta e indireta, decidiu-se demandar Procuradoria-Geral do Município  
80 quanto à legalidade da publicação dos pontos diários dos servidores, em decorrência  
81 de discussão de qual a relevância desse tipo de publicação e o quanto poderia  
82 impactar na segurança da vida pessoal dos servidores. A Secretária Municipal de  
83 Recursos Humanos e Professor Saulo destacaram a importância de um controle  
84 interno do registro dos pontos dos servidores. E Sra. Adriana confirmou que atualmente



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 50 servidores registram pontos manuais, localizados nos distritos do Município. Dando  
86 continuidade à análise do Plano, prosseguiu-se com o item 26 (item XVII do Plano de  
87 Transparência 2012), que trata das precauções nas terceirizações de Obras e  
88 Serviços, porém, em decorrência da ausência de um representante da Secretaria  
89 Municipal de Gestão Pública, decidiu-se transferir sua análise para a próxima reunião.  
90 Na sequência, iniciou-se a análise do item 27 (item XVIII do Plano de Transparência  
91 2012), referente ao Programa de Metas e Contrato de Gestão: quanto a este item, o  
92 Secretário Municipal de Governo informou que já há um formato elaborado  
93 (compromissos e projetos) e há a necessidade de exposição desse trabalho ao chefe  
94 do Executivo para sua validação, e observou também de que se houver sua  
95 implementação os órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado  
96 do Paraná, questionarão seu cumprimento e acompanhamento. E que atualmente uma  
97 das maiores dificuldades é a implantação da cultura do cumprimento de metas dentro  
98 da administração municipal. Sr. Fábio Molin expõe sobre a necessidade de se criar  
99 condições para o cumprimento de metas e questionou se essas metas já não estariam  
100 previstas no Plano Plurianual (PPA) e professor Saulo esclareceu que o Contrato de  
101 Gestão contempla questões operacionais, como se fosse um detalhamento do previsto  
102 no PPA. Exemplificou citando o processo de emissão de alvará em 15 dias: não há  
103 essa especificação no PPA embora seja algo que faça parte da administração. Sra.  
104 Adriana sugeriu a criação de uma cultura de metas, através da criação de um plano  
105 estratégico para haver a participação e comprometimento de todos. Segundo Professor  
106 Saulo, há dificuldade no detalhamento do previsto no PPA e que há conseqüentemente  
107 a necessidade do estabelecimento de compromissos e recompensas. O Controlador-  
108 Geral informou a resposta enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento,  
109 Orçamento e Tecnologia, que comunicava na época a respeito da Lei Municipal  
110 11.983/2013 que estabeleceu o programa de metas para 2013 - 2016. E que a  
111 metodologia adotada na elaboração do PPA 2018/2020 atende os requisitos do  
112 Programa de Metas 2013-2016. O Secretário Municipal de Governo concluiu que há  
113 necessidade de um projeto maior, em se tratando de Programa de Metas e Contrato de  
114 Gestão. Informou que atualmente, como uma prévia do que é esperado pelo comitê,  
115 analisa em seu gabinete 142 indicadores e já tem condições de obter informações para  
116 fins gerenciais dentro desse universo. Em decorrência do horário e demais  
117 compromissos por parte dos participantes, Sr. Newton agradeceu a presença de todos,  
118 e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Angela Biazon Moraes  
119 Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Newton  
120 Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 11 de junho de 2019. A reunião foi  
121 encerrada às 15 horas e 15 minutos.

122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132

Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_

Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_

Adriana Martello Valero: \_\_\_\_\_

Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_

Cinthia Mara Camillo: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Controladoria-Geral do Município  
Comitê Gestor do Plano Municipal de  
Transparência e Controle Social  
Atas - 2019


133

134

Fábio Vinícius Molin: 

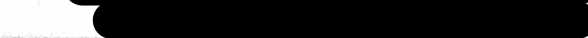
135

136

Gisele Cristhiane Itiyama: 

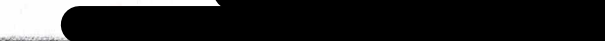
137

138

José Albino O. Branco: 

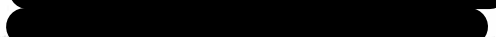
139

140

Juarez P. Tridapalli: 

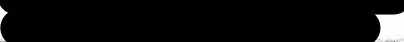
141

142

Saulo F. A. Vieira: 

143

144

Pablo Henrique Paschoal Capucho: 

MARCELO FRASE 





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

ATA N.º 6 /2019 – CGPMTCS

Ata da VI Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 09 de julho de 2019, às 14 horas, no laboratório da Escola de Governo do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 laboratório da Escola de Governo do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de  
3 Londrina, convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura,  
4 Controlador-Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de  
5 Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
6 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (DTPC-CGM), Adriana  
7 Martello Valero, Secretária Municipal de Recursos Humanos (SMRH), Auber Silva  
8 Pereira, do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social (CMTCS), Cinthia  
9 Mara Camillo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação  
10 (SMPOT), Gabriel Barioni de Alcantara e Silva e José Albino O. Branco, do  
11 Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), Gisele Cristhiane Itiyama (CGM),  
12 Marcelo Frazão Barros, da Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP), e Angela  
13 Biazon Moraes Massoni (CGM). O Sr. Newton, Coordenador do Comitê, deu início à  
14 reunião às 14 horas e 05 minutos, dando boas-vindas aos presentes, informando a  
15 presença do novo membro, Sr. Auber, e explicando rapidamente e resumidamente do  
16 que se trata o Comitê Gestor do Plano de Transparência e Controle Social para o Sr.  
17 Auber, que foi eleito presidente do Conselho Municipal de Transparência e Controle  
18 Social (CMTCS). O controlador explicou que o Plano foi apresentado pelo CMTCS  
19 junto com Observatório de Gestão Pública de Londrina e o Comitê foi criado para  
20 acompanhar e avaliar a execução das ações do Plano. Que o Comitê é formado por  
21 representantes do Poder Executivo Municipal e também por representantes da  
22 Sociedade Civil. Este acompanhamento é prestado desde o mandato do governo  
23 anterior e há ações remanescentes e também possíveis novas ações desta nova  
24 gestão. Em seguida solicitou, conforme processo SEI nº 19.003.076472/2019-50, em  
25 tramitação, a nova nomeação para alteração da Portaria de composição do Comitê. Sr.  
26 Auber agradeceu e comunicou que haverá protocolo junto à Secretaria Municipal de  
27 Governo e Chefia de Gabinete solicitando os meios necessários para dar continuidade  
28 às atividades do Conselho. Sr. Carlos (CGM) sugeriu a sala localizada no primeiro  
29 andar para realização das reuniões do CMTCS. Sr. Auber explicou que os documentos  
30 do CMTCS estão guardados atualmente na sede do SINDSERV (Sindicato dos  
31 Servidores Municipais de Londrina). Voltando à pauta do dia, Sr. Newton iniciou à  
32 análise das propostas constantes no Plano de Transparência e Controle Social,  
33 retomando a análise da proposta sob nº 26 (Item XVII do Plano de 2012) que se refere  
34 às Precauções nas Terceirizações de Obras e Serviços, pois quando fora discutido não  
35 havia nenhum representante da Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP). Sr.  
36 Marcelo da SMGP começou a analisar cada apontamento: quanto à restrição às



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 atividades meio, a princípio considerou como algo não muito objetivo, quanto à  
38 exigência em edital de todas as provisões de custos com encargos sociais trabalhistas,  
39 explicou que hoje ocorre bem como a exigência de seguro ou caução real da  
40 contratada para garantir eventual inadimplemento dos direitos trabalhistas, levantados  
41 após a prescrição dos direitos. Quanto ao apontamento que prevê a fiscalização  
42 mensal do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra  
43 utilizada e vinculação do repasse mensal do serviço ao cumprimento destes encargos,  
44 Sr. Marcelo pontuou como algo difícil de se controlar individualmente por operário,  
45 trabalhador contratado em cada obra/serviço. E esclareceu que há várias pessoas  
46 envolvidas que controlam tais obrigações, porém algo mais individualizado, por obra,  
47 ou serviço, o meio adequado seria através de recebimento de denúncia para apuração  
48 "in loco". Quanto ao apontamento que trata da estipulação em contrato da possibilidade  
49 da Administração descontar do repasse dos valores contratados quando houver falha  
50 no cumprimento das obrigações pela contratada, Sr. Marcelo informou que está sendo  
51 cumprido. E quanto ao último item apontado nessa proposta: não ocorrendo a  
52 regularização no prazo concedido, promover a rescisão unilateral da prestação de  
53 serviços, esclareceu como item atendido também. Portanto, considerou que tais itens  
54 estão sendo cumpridos, com exceção do apontamento que trata da fiscalização  
55 mensal. Sugeriu alerta quanto à recomendação, reforçando nesse contexto o papel do  
56 fiscal de contrato, através de amostragem. Ainda expôs que não há número de fiscal  
57 suficiente e que a fiscalização é feita quando há denúncias ou quando há motivos para  
58 que a mesma aconteça, cita que o sindicato da construção civil é um órgão forte e  
59 estão sempre fiscalizando também. Ele disse que o que pode ser feito é um alerta  
60 reforçando a fiscalização da Secretaria de Obras e Pavimentação. Sr. Newton disse  
61 que a fiscalização precisa virar uma prática e que ao menos poderia ser feita por  
62 amostragem mensalmente. Sr. Auber fez uma colocação expondo que tal item proposto  
63 em discussão trata-se de uma questão cultural, não impossível de ser cumprida, tendo  
64 que haver a determinação e exigências da entidade/órgão contratante através de  
65 contrapartidas como a exigência das guias de INSS recolhidas, por exemplo, nas  
66 medições mensais, como requisito para os respectivos pagamentos. Sugeriu que o  
67 fornecedor no momento da apresentação da Nota Fiscal deve apresentar as devidas  
68 certidões e declarações pertinentes. Sr. Gabriel do OGPL concordou com a colocação  
69 do Sr. Auber e reforça que realmente seria impossível fiscalizar todas as obras  
70 mensalmente. Houve um consenso entre os presentes que a proposta trata-se dos  
71 pagamentos dos encargos trabalhistas. Sr. Carlos comunicou que através da DTPC-  
72 CGM fará um questionamento referente a esse item. Sr. Marcelo avisou que na  
73 próxima sexta-feira, dia 12/07/2019, às 14h haverá apresentação por parte da  
74 Universidade Estadual de Londrina de novas ferramentas para a gestão dos contratos  
75 de obras, com foco em mediação de conflitos, onde será discutido um novo elemento  
76 para contrato em situação de conflitos não apenas judicial, mas em qualquer âmbito  
77 relacionado a contrato de obras. Sr. Carlos sugeriu incluir na pauta dessa reunião essa  
78 discussão. Por fim, decidiu-se: o Comitê considerou satisfeitas as indicações dessa  
79 ação, ressalvando o item que se refere à fiscalização mensal, ficando deliberado o  
80 envio de demanda para manifestação da SMGP e SMOP. Quanto à proposta sob nº 27  
81 (Item XVIII do Plano de 2012), que trata do Programa de Metas e Contrato de Gestão,  
82 Sr. Newton pediu desculpas por não ter cumprido o compromisso de estar em reunião  
83 com o Secretário de Governo e informou que entrará em contato com o então  
84 secretário até a próxima reunião do Comitê. Quanto à proposta sob nº 28 (Item XIX do



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 Plano de 2012), que trata sobre o Estudo Técnico da Secretaria de Gestão Pública e  
86 Fiscalização de Contratos, Sr. Marcelo respondeu que está de posse de vários  
87 levantamentos elaborados com o auxílio do Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública  
88 NIGEP (UEL). Informou ainda que há treinamento para ambos, tanto gestor como  
89 também fiscais, treinamentos marcados para aprimoramento na fiscalização e também  
90 declara que foi disponibilizado câmeras fotográficas aos fiscais para registro das ações.  
91 Que se encontra em tramitação projeto de lei que trata das atribuições e gratificações  
92 dos gestores e fiscais de contrato, com previsão de finalização até o final do ano. Sr.  
93 Carlos questionou que se com a remuneração dos fiscais prevê-se uma melhoria nos  
94 serviços prestados. Sr. Marcelo respondeu que acredita que sim, principalmente  
95 porque com a normativa as atribuições serão definidas, incluindo treinamento e  
96 fiscalização. Sr. Carlos ainda questionou com relação à remuneração se haverá  
97 diferenciação em se tratando de tipos de contratos de maior e menor porte e ainda  
98 citou como exemplo: um servidor lotado na Secretaria Municipal de Governo  
99 provavelmente fiscalizará contratos de menor porte que um servidor lotado na  
100 Secretaria Municipal de Obras. Sr. Marcelo justificou que haverá um mapeamento e um  
101 controle usando o bom senso. O objetivo é formar uma equipe de fiscais com  
102 capacitações. Na oportunidade, Sr. Newton informou que solicitou no rol de fiscais,  
103 servidores para fiscalizar os convênios e questionou se há algum estudo técnico  
104 formalizado. Sr. Marcelo respondeu que há um controle, um estudo em curso com  
105 relação aos gestores de contratos. Sr. Auber sugeriu a metodologia comprovada para  
106 estudo, com a existência de indicadores, sem levar em consideração padrões  
107 nacionais, e sim internacionais, num nível maior de análise, como, por exemplo: Japão,  
108 Holanda, Dinamarca, Alemanha. Sr. Marcelo explicou que está havendo a construção  
109 de um modelo, que muitas situações já foram vencidas, ou seja, houve um avanço na  
110 matéria, pontua que houve fiscalizações com bons resultados, e que tal questão  
111 também depende do encorajamento e motivação do servidor. Deliberou-se por fim  
112 encaminhar demanda para manifestação da Secretaria Municipal de Gestão Pública.  
113 Sr. Carlos reforçou quanto à importância da população como auxiliares, através do  
114 controle social, pois o cidadão, na maioria dos casos, é quem está mais próximo de  
115 cada obra, contrato, prestação de serviços, fornecimento de bens. E sugere para Sr.  
116 Auber auxiliar através do conselho, com um plano de ação onde o cidadão é o fiscal.  
117 Sr. Auber acha a ideia interessantíssima, acredita que a população deve sim participar  
118 dessa fiscalização. Sr. Marcelo acredita que essa fiscalização da população possa ser  
119 usado não apenas em obras mas para qualquer demanda que houver. Sr. Newton  
120 comunicou que a análise das propostas se concluiu e que haverá a separação do que  
121 já foi considerado como concluído e o Comitê se ater àquelas propostas ainda não  
122 concluídas e iniciar a discussão para inserção de novas propostas no Plano a ser  
123 apresentado provavelmente aos candidatos a Chefe do Executivo. Sr. Auber explicou  
124 que através da 4ª Conferência do CMTCS já há um elenco de 15 propostas pré-  
125 definidas. A Secretária Municipal de Recursos Humanos pediu a substituição de sua  
126 suplente, Sra. Julliana Faggion Bellusci, pelo servidor Danilo Aparecido Landegrati  
127 Barbosa, em virtude do afastamento da servidora Julliana para licença maternidade. Sr.  
128 Auber destacou novamente a importância da existência de metodologia e indicadores  
129 inclusive para as propostas do Plano de Transparência e Controle Social. Sr. Newton  
130 explica as atribuições do Comitê e esclarece que a primeira ideia com relação à análise  
131 dessas propostas pelo Comitê era disponibiliza-las no sistema SIGEOR (Sistema de  
132 Gestão Estratégica de Projetos Orientada para Resultados), definindo os órgãos e



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

133 entidades responsáveis. Explicou os passos que foram dados para organização do  
134 atual Plano, inclusive a participação do Comitê para avaliação de suas propostas,  
135 conseguindo finalizar essa primeira análise nesta reunião. O próximo passo é solicitar  
136 aos responsáveis planos de trabalhos para as propostas ainda não consideradas como  
137 concluídas. Sr. Marcelo sugeriu a exposição dessa análise ao Chefe do Executivo. Sr.  
138 Auber sugeriu finalização do presente Plano e apresentação ao Chefe do Executivo  
139 para as devidas providências. Sr. Newton concordou que poderia haver futuramente  
140 indicadores para a continuidade dessa análise e esclareceu que cabe ao Comitê a  
141 gestão do Plano de Transparência e Controle Social, finalizando que após as  
142 tramitações pelos órgãos e entidades responsáveis pelas propostas, o Relatório  
143 finalizado deve ser encaminhado ao Chefe do Executivo. Decidiu-se novo  
144 encaminhamento das propostas não realizadas aos responsáveis para finalização do  
145 Relatório. A Secretária Municipal de Recursos Humanos concordou e acha importante  
146 o encaminhamento a todos os responsáveis para posterior organização e publicação.  
147 Sr. Auber considera importante a estipulação de prazo para fechamento dos trabalhos  
148 e posterior publicidade. Sr. Newton se comprometeu até a próxima reunião a entrega  
149 do Relatório, com as respostas e planos de trabalhos dos órgãos e entidades  
150 responsáveis pelas propostas. Sr. Newton agradeceu a presença de todos, e deu por  
151 encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Angela Biazon Moraes Massoni, lavrei a  
152 presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e  
153 demais presentes. Londrina, 09 de julho de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e  
154 20 minutos.

155 \_\_\_\_\_  
156 Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_  
157 \_\_\_\_\_  
158 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
159 \_\_\_\_\_  
160 Adriana Martello Valero: \_\_\_\_\_  
161 \_\_\_\_\_  
162 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_  
163 \_\_\_\_\_  
164 Auber Silva Pereira: \_\_\_\_\_  
165 \_\_\_\_\_  
166 Cinthia Mara Camillo \_\_\_\_\_  
167 \_\_\_\_\_  
168 Gabriel Barioni de Alcantara e Silva: \_\_\_\_\_  
169 \_\_\_\_\_  
170 Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_  
171 \_\_\_\_\_  
172 José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_  
173 \_\_\_\_\_  
174 Marcelo Frazão Barros: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

ATA N.º 7/2019 – CGPMTCS

Ata da VII Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 13 de agosto de 2019, às 14 horas, no laboratório da Escola de Governo do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 laboratório da Escola de Governo do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de  
3 Londrina; convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura,  
4 Controlador-Geral do Município e coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de  
5 Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
6 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (DTPC-CGM), Auber Silva  
7 Pereira e Dacio Villar, do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social  
8 (CMTCS), Cinthia Mara Camillo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e  
9 Tecnologia da Informação (SMPOT), Danilo A. L. Barbosa, da Secretaria Municipal de  
10 Recursos Humanos (SMRH), Gisele Cristhiane Itiyama (CGM), José Albino O. Branco,  
11 do Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), Juarez P. Tridapalli,  
12 Secretário Municipal de Governo, Marcelo Frazão Barros, da Secretaria Municipal de  
13 Gestão Pública (SMGP), Pablo Henrique Paschoal Capucho e Saulo F. A. Vieira, da  
14 Universidade Estadual de Londrina e Angela Biazon Moraes Massoni (CGM). O Sr.  
15 Newton, Coordenador do Comitê, deu início à reunião às 14 horas e 06 minutos, dando  
16 boas-vindas aos presentes, informando sobre a pauta do dia que trataria da  
17 apresentação do relatório final das propostas do Plano Municipal de Transparência e  
18 Controle Social (2017-2020), com as respostas enviadas pelos órgãos e entidades  
19 responsáveis pela execução das propostas e demais órgãos demandados, conforme  
20 deliberações em reuniões. Sr. Newton iniciou pela análise dos números quantitativos  
21 das propostas e suas situações. Explicou que a proposta original se transformou em 28  
22 propostas e destas, em 56 subpropostas, apresentou um gráfico e apontou que 25  
23 subpropostas estão em execução representando 44%, 4 subpropostas não  
24 iniciadas, representando 7% do total, 17,85% das subpropostas encontram-se em  
25 fase de atualização e 3,57% das subpropostas foram concluídas parcialmente. Sr.  
26 Newton questionou a proposta 15 que no status está em branco. O item 15 do Plano  
27 trata dos Procedimentos administrativos licitatórios, cuja situação encontrava-se "Para  
28 Execução", no que se refere à subproposta relativa à digitalização e atualização do  
29 procedimento licitatório e realização de listagens, definiu-se pelo Comitê a existência,  
30 desde 2016 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que otimizou a publicação dos  
31 procedimentos licitatórios, porém sem a ferramenta de geração de relatórios. O  
32 Secretário Municipal de Governo disse que a fase interna destes processos está  
33 bagunçada, que é difícil localizar as informações, mesmo para ele que tem muita  
34 experiência e imagina para um cidadão comum, deve ser ainda mais difícil. Sra. Cinthia  
35 pontuou que o edital de Licitação e demais documentos relativos aos procedimentos  
36 licitatórios constam desde 2013 no endereço eletrônico:



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 <http://www.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/index.php> onde constam informações  
38 advindas do sistema de contabilidade contratado pela administração. E para os  
39 procedimentos anteriores a 2013 há outro endereço eletrônico:  
40 [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1167&Itemid=1102](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1167&Itemid=1102), e questiona se seria necessário juntar essas informações todas no mesmo  
41 portal. O Secretário Juarez criticou o portal dizendo que é "fraco" e explicou que esse  
42 tinha que no mínimo conter um Banco de Preços, Banco de Bens e Serviços, Banco de  
43 Licitações nas diversas fases, Banco de Atas, em formato aberto, a fim de se permitir  
44 realizar comparações, através de informações disponibilizadas em tempo real. Sr.  
45 Carlos concordou e mencionou a respeito de demanda advinda do Tribunal de Contas  
46 do Estado do Paraná em que solicita relatório em formato aberto de planilha de  
47 pesquisas de preços realizada na fase interna da licitação. Sr. Juarez citou como  
48 exemplo o endereço eletrônico sefaz.am.gov.br. Na sequência Sr. Newton questionou  
49 o que é preciso no Município de Londrina para atingir o nível desse site exemplificado  
50 pelo Secretário. Quanto a esse tema, Sr. Marcelo propôs a criação de um grupo de  
51 estudos. Sr. Newton retornou à análise da subproposta, destacando novamente que há  
52 a previsão da publicação de dados detalhados, com a composição de relatórios. Nesse  
53 momento Sr. Juarez concluiu que o sistema SEI é um repositório de processos, que  
54 não possibilita uma pesquisa das informações de forma eficaz, por trás do Sistema SEI  
55 deveria haver um sistema corporativo de compras. Sr. Danilo pontuou que as  
56 informações relativas aos procedimentos licitatórios da administração direta e parte da  
57 indireta encontram-se no sistema de contabilidade contratado. Sra. Cinthia esclarece  
58 que quando é buscada uma informação de licitação no Portal da Transparência, esse  
59 migra para o sistema de contabilidade contratado atualmente. Diante do exposto, Sr.  
60 Marcelo e Sra. Cinthia propuseram ao Secretário de Governo a realização de um grupo  
61 de trabalho voltado à discussão desse item, com o objetivo de organizar o Portal da  
62 Transparência do Município. Sr. Marcelo acrescentou a necessidade de um sistema de  
63 avisos aos participantes dos procedimentos licitatórios. Nesse momento, Sr. Carlos  
64 colocou a questão de retornar ao assunto em pauta do dia, relativa à apresentação do  
65 Relatório Final, e decisão sobre os órgãos/entidade que não responderam ao comitê.  
66 Sr. Newton justificou colocando como pertinente a análise dessa ação, no que se refere  
67 a essa subproposta discutida e por constar sua situação em branco. Na sequência, o  
68 coordenador do comitê informou, a pedido dos demais, relação dos órgãos/entidade  
69 que não retornaram ao processo SEI enviado em que solicitou posicionamento quanto  
70 às propostas e subpropostas sob sua responsabilidade, sendo: O Instituto de  
71 Desenvolvimento de Londrina (CODEL), Secretaria Municipal de Gestão Pública  
72 (SMGP), que respondeu de forma parcial, Secretaria Municipal de Recursos Humanos  
73 (SMRH), Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (SMPOT) e  
74 Secretaria Municipal de Governo (SMG). Sr. Newton e Sr. Carlos propuseram ao  
75 Comitê a decisão de como tratar as propostas e subpropostas não respondidas. Sr.  
76 Marcelo propôs uma conversa individual a respeito das respostas não recebidas pelo  
77 Comitê, com cada órgão/entidade. Prof. Saulo lembrou da determinação, através de  
78 Portaria, da designação dos suplentes que teriam como função representar e  
79 responder pelos titulares para as deliberações em reunião. Sr. Newton pontuou a  
80 importância da presença dos titulares nas reuniões, para fins de deliberações, e que,  
81 com exceção da Controladoria-Geral, Secretarias Municipal de Governo e Recursos  
82 Humanos, os outros titulares não tem comparecido às reuniões do Comitê. Sr. Newton  
83 pediu ao Secretário Municipal de Governo uma reunião com o Secretariado para tratar  
84



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 a respeito da presença nas reuniões do Comitê. Prof. Saulo solicita nesse momento o  
86 retorno à análise do Relatório Final com a exposição das respostas não recebidas.  
87 Quanto à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, Sra. Cinthia  
88 comunicou que irá verificar a pendência de sua Secretaria, assim como o Sr. Danilo  
89 com relação à pendência da Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Sr. Auber  
90 questionou se há uma previsão de apresentação do presente relatório à população,  
91 como controle externo, pois se trata de instrumento cultural importantíssimo para a  
92 sociedade. E sugeriu propor uma data para apresentação à população. Sr. Newton  
93 respondeu que inclusive há uma proposta no Plano que trata da apresentação das  
94 ações do Plano de Transparência e Controle Social durante as audiências públicas de  
95 prestação de contas do Município. Sr. Auber reiterou proposta de uma linguagem  
96 menos técnica nas prestações de contas. Sr. Newton esclareceu enquanto propostas  
97 do Plano, a inclusão no sistema de Gestão Estratégica de Projetos Orientada para  
98 Resultados (SIGEOR) a fim de alinhar e organizar as propostas para posterior  
99 apresentação e acompanhamento pela população através do Portal da Transparência.  
100 Sr. Newton discordou com Sr. Auber quanto à consideração que o Comitê trata-se de  
101 controle interno, pois se originou do Conselho Municipal de Transparência e Controle  
102 Social e Observatório de Gestão Pública. Sr. Auber esclareceu que entende que as  
103 reuniões por serem somente com os representantes do Comitê acabam se limitando ao  
104 "interno", porém concordou com a sua origem no Controle Externo. Sr. Newton expôs  
105 que a questão da Transparência está a cargo do Comitê. E relatou a dificuldade da  
106 participação dos secretários no Comitê. Mencionou situação do documento do Plano de  
107 Transparência e Controle Social ter sido denominado apócrifo pela ausência da  
108 assinatura do Chefe do Executivo após consulta a órgão jurídico da Prefeitura do  
109 Município. Esclareceu que o Prefeito foi comunicado sobre o assunto, e solicitou sua  
110 assinatura para o mesmo adquirir a formalidade jurídica. Sr. Carlos completou em  
111 referência à consulta à Procuradoria-Geral do Município, que a mesma despachou  
112 considerando o Plano um documento apócrifo e comunicou que levou a questão ao  
113 Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, como membro indicado pelo  
114 Poder Executivo. Que o Conselho encaminhou questionamento ao Chefe do Executivo,  
115 que defendeu a questão da transparência no Município de Londrina. Sr. Carlos relatou  
116 ter ficado muito chateado com a situação que o fez refletir: "se o comitê não tem  
117 legalidade, o que estamos fazendo aqui?", "todo esse trabalho foi em vão?". O próprio  
118 responde dizendo que "não, muito pelo contrário, estamos ganhando tempo e que tem  
119 muito orgulho de Londrina ser a cidade mais transparente." Sr. Juarez expôs que  
120 infelizmente a ausência de participação nos comitês instituídos é comum e que é difícil  
121 ter a adesão sempre de todos, mas afirmou que apesar dessas limitações muitas ações  
122 do plano estão sendo executadas e isso independeu da assinatura do Prefeito.  
123 Enfatizou que, independentemente da assinatura no documento, o importante é  
124 trabalhar em torno de cada proposta elencada. Sr. Marcelo concordou, expondo a  
125 necessidade da continuidade dos trabalhos. Sr. Auber confirmou o recebimento do  
126 referido documento da Procuradoria-Geral do Município, que o mesmo foi respondido  
127 tempestivamente e encaminhado ao Sr. Prefeito, com proposta de assinatura do Plano.  
128 Sr. Auber ainda concordou com o contato junto aos órgãos/entidade que não  
129 retornaram ao Comitê e em seguida marcar data para dar publicidade do relatório final.  
130 Sr. Juarez mencionou que grande parte das propostas/subpropostas cabe à Secretaria  
131 Municipal de Governo, que respondeu na presente data através do sistema SEI e  
132 adiantou que muitas das ações depende de recursos do PMAT (Programa de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

133 Modernização da Administração Tributária), através do Banco Nacional de  
134 Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sr. Newton falou que, de acordo com  
135 a proposta dos senhores Auber e Marcelo, a Controladoria-Geral entrará em contato  
136 com os órgãos/entidade que não retornaram. Nesse contexto, Sr. Newton explicou  
137 como foram definidos os responsáveis pelas propostas, através do Controlador-Geral,  
138 então coordenador do Comitê e o Secretário Municipal de Governo da época ( no ano  
139 de 2017), com posterior envio de Comunicação Interna (C.I.) aos órgãos e entidades  
140 para indicação das pessoas responsáveis e o devido prazo para execução das  
141 propostas. Explicou que, surgiram dúvidas por parte dos órgãos/entidades de como  
142 executar as propostas/subpropostas elencadas. De onde surgiu a necessidade de um  
143 melhor acompanhamento dessa etapa por parte do Comitê Gestor, através de suas  
144 reuniões e trabalhos internos. Com a mudança de Controlador, houve um tempo sem  
145 reuniões do Comitê, retomando com a nomeação do Sr. Newton, no final de junho de  
146 2018 e consequentes questionamentos aos órgãos/entidades responsáveis. O projeto  
147 era a transcrição das propostas/subpropostas no SIGEOR para controle das propostas  
148 e seu andamento. Sr. Juarez propôs atualização das propostas através de sistema  
149 fornecido pela Universidade Estadual de Londrina. E explicou que a proposta é um  
150 monitoramento centralizado, através de reuniões individuais para a devida atualização  
151 dos itens. Sr. Newton propôs à Secretaria Municipal de Governo assumir esse controle  
152 através do sistema apresentado. E colocou à disposição a Diretoria de Transparência e  
153 Prevenção à Corrupção, órgão atualmente responsável por secretariar as atividades do  
154 Comitê. Sr. Newton questionou quanto à publicidade desse Relatório. Sr. Carlos propôs  
155 uma divisão mais detalhada das propostas, explicando que, para a análise do Plano, o  
156 mesmo já havia sido dividido em subpropostas a fim de facilitar e objetivar sua  
157 execução. Sr. Juarez propôs uma reorganização dos itens elencados do Plano, a fim  
158 de se obter uma maior efetividade das propostas, no formato de planilha mesmo. Sr.  
159 Auber expôs necessidade do estabelecimento de prazos. Sr. Juarez completou que  
160 muitas das propostas necessitam de recursos financeiros, sendo por vezes difícil  
161 estabelecimento de prazo final. Sr. Auber reiterou proposta de finalização do presente  
162 relatório, dando publicidade ao mesmo. Sr. Marcelo sugeriu uma reflexão diante de  
163 uma visão geral do Plano. Sr. Juarez propôs o trabalho com indicadores e expôs que a  
164 Transparência Passiva do Município encontra-se bem, porém faltam muitas  
165 adequações na Transparência Ativa. E acrescentou que para a próxima reunião trará o  
166 Plano reorganizado. Sr. Auber recomendou que seria prudente, se possível, a entrega  
167 pelo Secretário de Governo do Plano reorganizado antes da próxima reunião, para que  
168 todos os membros o conhecessem para poder haver as devidas deliberações na  
169 próxima reunião. Prof. Saulo sugeriu uma análise de cada item, com a reorganização  
170 mais atual e didática de cada proposta/subproposta. Sr. Juarez expôs que há propostas  
171 robustas, complexas, de difícil implementação no atual contexto da administração  
172 municipal. Sr. Carlos esclareceu que temos que nos dedicar àquelas possíveis de  
173 serem executadas e analisar as outras detalhadamente. Quanto à publicidade, Sr.  
174 Carlos explicou que seria necessário o estabelecimento de um tempo dentro da  
175 Audiência Pública de Prestação de Contas, nem que seja de forma resumida e  
176 informativa. Sr. Newton conclui falando da importância de se materializar em forma de  
177 relatório para a devida publicidade. Sr. Saulo enfatizou a importância de se tornar  
178 público tal trabalho, reforçou a importância da divulgação deste trabalho para  
179 sociedade, até mesmo para receber um "feedback". Sr. Juarez comunicou que no  
180 projeto do PMAT há a previsão da construção de um novo Portal da Transparência. Sr.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

181 Newton solicitou maiores informações desse projeto. Sr. Carlos comunicou a respeito  
182 de projeto quanto à transparência ativa através de outros meios de comunicação,  
183 como, por exemplo, o Whatsapp. Chegou à conclusão dos membros, que há a  
184 necessidade da melhoria da Transparência Ativa do Município de Londrina. Sra. Cinthia  
185 informou a respeito do novo portal do Município, que será focado nos serviços  
186 prestados e que a transparência ativa será remodelada, porém com o mesmo conteúdo  
187 atual. Sr. Juarez insistiu na necessidade da organização do Portal da Transparência.  
188 Sra. Cinthia com Sr. Marcelo voltaram a se comprometer na criação de um grupo de  
189 estudos para melhoria na publicidade das compras. Sr. Saulo concluiu sobre a  
190 importância da reorganização, de forma mais objetiva da Transparência Ativa do  
191 Município. Sr. Juarez destacou que Londrina segue a norma da boa gestão pública,  
192 possui informações importantíssimas, porém falta dar publicidade adequada à  
193 execução da gestão. Sr. Carlos enfatizou sobre a importância de ferramentas que  
194 visam publicar de maneira efetiva a gestão pública. Sr. Dacio concluiu que é importante  
195 um sistema conversacional e conseqüentemente interativo. Completou dizendo que  
196 hoje há os blocos de informações, porém há a dificuldade de interação com a  
197 população. Completou dizendo que a pergunta, a dúvida da população precisa chegar  
198 até à administração pública de maneira mais facilitada. Pontuou que tudo é novo, e é  
199 preciso aprender, desenvolver. Em sua opinião, o Portal encontra-se poluído com  
200 muitas informações. Dentro desse contexto, de ouvir a população, Prof. Saulo sugeriu  
201 um projeto piloto de alguma área para fins de encaminhamento em Whatsapp,  
202 Facebook, como prestação de contas ativa do Município de Londrina. Sra. Cinthia  
203 expôs que as pessoas interagirão e que o Facebook da Prefeitura é muito ativo. Sr.  
204 Carlos acrescentou que muitos cidadãos utilizam-se de outros meios de comunicação  
205 ainda, como o rádio, por exemplo, que se faz interativo, função que poderia ser da  
206 própria administração municipal. Sr. Danilo expôs que ainda há uma cultura da lentidão  
207 ou até o não atendimento das perguntas por parte do servidor municipal. Prof. Saulo  
208 citou exemplo de projeto da UEL referente à interação com outros meios de  
209 comunicação, como Whatsapp. Sr. Danilo pontuou que uma das cautelas da  
210 administração na publicidade de suas informações, principalmente financeiras, é seguir  
211 a legalidade, e daí surge a dúvida de como, dentro da legalidade, transmitir uma  
212 informação útil e facilitada ao cidadão. Sr. Newton agradeceu a presença de todos, e  
213 deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Angela Biazon Moraes  
214 Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Newton  
215 Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 13 de agosto de 2019. A reunião foi  
216 encerrada às 15 horas e 43 minutos.

217  
218 Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_  
219  
220 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
221  
222 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_  
223  
224 Auber Silva Pereira: \_\_\_\_\_  
225  
226 Cinthia Mara Camillo: \_\_\_\_\_  
227  
228 Dacio Villar: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Controladoria-Geral do Município  
Comitê Gestor do Plano Municipal de  
Transparência e Controle Social  
Atas - 2019

- 229 [REDACTED]
- 230 Danilo A. L. Barbosa: \_\_\_\_\_
- 231 [REDACTED]
- 232 Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_
- 233 [REDACTED]
- 234 José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_
- 235 [REDACTED]
- 236 Juarez P. Tridapalli: \_\_\_\_\_
- 237 [REDACTED]
- 238 Marcelo Frazão Barros: \_\_\_\_\_
- 239 [REDACTED]
- 240 Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_
- 241 [REDACTED]
- 242 Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_

[REDACTED]





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

ATA N.º 8/2019 – CGPMTCS

Ata da VIII Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 10 de setembro de 2019, às 14 horas, no Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 Auditório do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Londrina, convocados por  
3 meio de e-mail, os senhores: Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
4 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (DTPC-CGM) e membro  
5 suplente do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social,  
6 Angela Biazon Moraes Massoni (CGM), Auber Silva Pereira do Conselho Municipal de  
7 Transparência e Controle Social (CMTCS), Cinthia Mara Camillo da Secretaria  
8 Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (SMPOT), Danilo A. L. Barbosa,  
9 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), Fabio Cavazotti e Silva,  
10 Secretário Municipal de Gestão Pública (SMGP), Marcelo Frazão Barros (SMGP),  
11 Gisele Cristhiane Itiyama (CGM), José Albino O. Branco, do Observatório de Gestão  
12 Pública de Londrina (OGPL), Juarez P. Tridapalli, Secretário Municipal de Governo, e  
13 Pablo Henrique Paschoal Capucho, da Universidade Estadual de Londrina. Sr. Carlos,  
14 na função de suplência na Coordenação do Comitê, em virtude da ausência justificada  
15 do Sr. Newton Hideki Tanimura, por motivos particulares, deu início à reunião às 14  
16 horas. Dando boas-vindas aos presentes, informando os motivos da ausência do Sr.  
17 Newton Hideki Tanimura, Controlador-Geral do Município e Sr. Saulo da Universidade  
18 Estadual de Londrina, esclareceu que a reunião tem como intuito a apresentação das  
19 respostas dos órgãos/entidade pendentes referente ao relatório final das propostas do  
20 Plano Municipal de Transparência e Controle Social (2017-2020). Explicou que foram  
21 enviadas novamente as recomendações aos órgãos e entidade via SEI e que apenas a  
22 CODEL não respondeu. Sr. Carlos mostrou as respostas dos órgãos demandados, o  
23 Secretário Municipal de Governo informou que cadastrou o plano no sistema, e sugeriu  
24 para que o objetivo a partir de então seja identificar cada ação e apontar qual a  
25 secretaria ou o responsável por esta, através do acompanhamento com encontros  
26 semanais ou quinzenais. Segundo o secretário, a demanda apenas por SEI (Sistema  
27 Eletrônico de Informações) não gera o comprometimento ideal. Sr. Carlos explicou que  
28 antes de dar início ao um novo programa de ação, é preciso finalizar e emitir o relatório  
29 a fim de se enviar para o Conselho de Transparência e Controle Social, Observatório  
30 de Gestão Pública, ao Chefe do Executivo e população. Sr. Carlos esclareceu que a  
31 Secretaria Municipal de Gestão Pública complementou a resposta referente às  
32 propostas sob sua responsabilidade. Quanto ao item 11 do plano, que trata a respeito  
33 da obrigatoriedade de parecer jurídico homologatório quando há questionamentos ou  
34 impugnações nos processos licitatórios ou licitações que ultrapassam R\$ 1 milhão. Sr.  
35 Fábio, Secretário Municipal de Gestão Pública relatou aos presentes que quando era  
36 do Observatório, e auxiliou na elaboração do Plano, observou a existência de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 processos licitatórios com valores altos, alguns passíveis de questionamentos, e  
38 quando assumiu como secretário constatou ser uma realidade, deu o exemplo da  
39 suspensão de processos que nem era objeto de impugnação, com apenas  
40 questionamentos. Pontuou também o grande volume de trabalho dos pregoeiros e o  
41 apoio da Procuradoria-Geral do Município, prestando um auxílio muito ágil à secretaria,  
42 e informou o status dessa subproposta como não iniciado. Sr. Fábio elucidou que as  
43 propostas têm como objetivo ajudar a melhorar a transparência e eficiência e, que o  
44 Plano é um conjunto e que quando há o desdobramento em ações individuais, para fins  
45 de acompanhamento, ocorre uma desconexão, perdendo-se a visão do todo. E fez os  
46 seguintes questionamentos: quais são os objetivos desse compromisso que o  
47 Município assumiu? E quais são as ações que podemos fazer para melhorar o plano?  
48 Pois cada ação faz parte de um todo. O Secretário Municipal do Governo disse que é  
49 exatamente o que está propondo, melhorar o programa de ação. Sr. Fábio declarou  
50 que tem encontrado dificuldades para dialogar com a Controladoria a fim de analisar  
51 itens como os deste Plano. Informou não saber qual é o critério das auditorias, que não  
52 tem obtido retorno das mesmas. Expôs que aproximadamente 90% dos relatórios da  
53 Diretoria de Auditoria Institucional são relativas à gestão pública e que não há nenhum  
54 retorno da Controladoria no final do ano com um relatório dizendo: foram realizados "X"  
55 PVPL com orientações, como, onde estão os maiores problemas; o que melhorou ou o  
56 que piorou. Segundo o secretário não há um direcionamento, uma atuação conjunta.  
57 Sr. Fábio ainda explicou que sua visão é de que todas as secretarias são clientes do  
58 controle interno e da mesma forma que as secretarias são clientes da gestão pública  
59 em processo de compras. Ainda citou um exemplo que quando assumiu como  
60 secretário, havia uma grande dificuldade nas compras na área da saúde, havia muitas  
61 dispensas emergenciais, não havia controle de prazos, a primeira coisa que ele fez foi  
62 ir até a secretaria de saúde e perguntar o que estava havendo. Continuou expondo que  
63 através dessa ação foi criado o comitê de compras e depois comitê de fiscalização,  
64 tudo sendo possível com diálogo e que hoje não há falta de medicamento por atraso  
65 em licitação. Sr. Fábio disse que essa situação pode afetar na contratação de um  
66 sistema que, entre outros aspectos, seria ferramenta para o atendimento de muitas  
67 propostas elencadas no Plano de Transparência e Controle Social. O Secretário de  
68 Gestão Pública lembrou que foi feito um acordo de cooperação com a Universidade  
69 Estadual de Londrina (UEL), no qual testaram um modelo de trabalho e que foi muito  
70 satisfatório, ampliaram para contrato e que precisam ser discutidas as questões formais  
71 do contrato. Sr. Fábio anunciou que o contrato está vigente, porém a Controladoria se  
72 recusa a sentar e discutir como dar continuidade, por esse motivo tem procurado outras  
73 instâncias como Ministério Público e materiais da Controladoria-Geral da União (CGU).  
74 E acredita que se quisermos avançar em termos de transparência e eficiência todos  
75 têm que trabalhar conjuntamente. Complementou com a fala: a ideia de dizer que "não  
76 pode participar do processo, pois, no futuro pode auditá-lo", fica parecendo que prefere  
77 o erro consumado para poder apontá-lo, ao invés de trabalhar junto com os órgãos que  
78 são controlados de forma a evitar os erros". Sr. Fábio definiu também que o comitê  
79 discute assuntos muito pontuais, para ele, o principal assunto é o desenvolvimento das  
80 ações que vão poder nos dar soluções por atacado, soluções integrais com  
81 indicadores. Sr. Carlos expôs não poder falar pela Controladoria, mas apenas pela  
82 Diretoria de Transparência e Prevenção à Corrupção, e que ficou feliz pelo convite  
83 anterior para reunião junto à SMGP, que considerou produtiva, e que também acredita  
84 no diálogo e perguntou sobre as reuniões de secretarias e que esse diálogo deveria



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 haver nessas reuniões junto com o Chefe do Executivo. Sr. Fábio disse que tenta esse  
86 diálogo incessantemente e que tem obtido sucesso em outras secretarias. Sr. Carlos  
87 disse que a pauta da presente reunião é apresentar as respostas das secretarias a fim  
88 de emissão do relatório final do Plano de Transparência e Controle Social. Que  
89 também houve sugestões pontuadas pelo Secretário Municipal de Governo na última  
90 reunião em reformular o programa de ação das propostas. O Secretário Municipal de  
91 Gestão Pública completou dizendo que há várias ações em curso relativas às  
92 propostas do Plano, mas não consegue desmembrá-las, pois estão conectadas. Nesse  
93 contexto de análise das propostas do Plano, o Secretário Municipal de Governo dá o  
94 exemplo da proposta referente à gestão com resultados. Segundo ele, o cumprimento  
95 dessa proposta envolve comprometimento de todos, inclusive do Chefe do Executivo,  
96 bem como um bom sistema, disse que não é algo trivial, na verdade é algo bem  
97 robusto de se fazer. Sr. Carlos lembrou as atribuições do comitê aos presentes, o que  
98 cabe à Controladoria-Geral do Município e que temos esse dever com a população, de  
99 fazer o melhor a ela, através da busca do cumprimento das propostas elencadas no  
100 Plano. O Secretário Municipal de Governo afirmou que o Plano está muito bom, porém  
101 precisa de uma reorganização. Sra. Ângela perguntou se a organização trata do  
102 formato de como ela é exposto, o Secretário disse que não, que se trata da gestão, do  
103 acompanhamento com objetivos claros e com indicativos, verificar se todos os itens  
104 são viáveis, se não quando serão, entre outros. Sr. Carlos expôs que a finalização do  
105 relatório deve ser feita para depois ocorrer uma reanálise e recomposição do presente  
106 Plano. Quanto a indicadores, Sr. Carlos citou indicadores do IEGM (índice de  
107 efetividade da gestão municipal) desenvolvido pelo Instituto Ruy Barbosa, que a  
108 primeira avaliação foi em 2016, e Londrina foi avaliada com "B", em 2017, a cidade  
109 apresentou "B+". Sr. Carlos afirmou que a resposta para o cálculo desse indicador  
110 (IEGM) está prevista na Agenda de Obrigações do Tribunal de Contas do Estado do  
111 Paraná (TCE-PR). O Secretário Municipal de Governo confirmou haver muitos  
112 indicadores e que se faz necessário reunir os que fazem sentido para a realidade do  
113 Município. O Secretário Municipal de Gestão Pública explicou que hoje a grande  
114 questão do poder público é, em termos de transparência e eficiência, a existência de  
115 um sistema de gestão e isso implica em informatização. Contou que hoje no Município  
116 são contratados sistemas de forma isolada e, além disso, não há recurso para compra  
117 e por isso os sistemas são locados de quatro em quatro anos, sendo necessária  
118 elaboração constante de termos de referência. Completou dizendo que a integração  
119 dos sistemas de gestão é o caminho para o ideal andamento do atendimento das  
120 propostas elencadas pelo Plano Municipal de Transparência e Controle Social,  
121 inclusive um sistema de custos. Segundo ele, o cerne do contrato com a Fundação de  
122 Apoio ao Desenvolvimento da UEL - FAUEL é buscar financiamento, fazer o  
123 mapeamento de cada secretaria e elaborar projeto junto ao Banco Nacional do  
124 Desenvolvimento (BNDES). Informou que a resposta preliminar do BNDES foi muito  
125 positiva e o próximo passo é a FAUEL junto com a Diretoria de Tecnologia da  
126 Informação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia e as  
127 secretarias, elaborarem todos os termos de referências de maneira integrada, para que  
128 consiga licitar uma solução integral. E que hoje há dificuldade na execução e na  
129 participação da Controladoria-Geral que se recusa a sentar e conversar sobre o  
130 assunto. O Secretário Municipal de Governo informou que, estão trabalhando nesse  
131 projeto desde o ano passado, entregaram um pré-projeto e no momento o BNDES  
132 liberou o sistema para cadastramento. Sr. Carlos reiterou que não responde pela a



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

133 Controladoria, mas que acredita no diálogo. Sr. Juarez propôs estruturar um projeto do  
134 plano a fim de se haver maiores avanços. Sr. Auber questionou quanto ao cumprimento  
135 e andamento da pauta da reunião e perguntou se houve a assinatura do Plano de  
136 Transparência e Controle Social pelo Chefe do Executivo. Sr. Carlos respondeu que  
137 infelizmente ainda não e que também aguarda ansioso, e informou que retornou  
138 processo à Secretaria Municipal de Governo a respeito desse assunto. Sr. Auber expôs  
139 sua preocupação com a falta da assinatura, pois será dada publicidade ao relatório e  
140 em seguida aproveitou a fala para perguntar quanto irá custar o sistema apresentado  
141 pelos senhores Fábio e Juarez. Sr. Fábio, disse que só saberá do custo correto depois  
142 de licitado, e após insistência de Sr. Auber, o Secretário Municipal de Governo disse  
143 que a previsão é de 52 milhões de reais em todo o projeto, mas que o Município não  
144 tem esse recurso, por isso a necessidade do financiamento junto ao BNDES. Sr. Auber  
145 questionou como ficará esse projeto depois de outubro, pois entende que, em  
146 conformidade com os prazos previstos em lei para a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o  
147 Plano Plurianual (PPA), o Município não pode assumir nada para o próximo ano após  
148 esse período. Sr. Danilo respondeu que há possibilidade do Município solicitar emenda  
149 de crédito adicional. O Secretário Municipal de Governo reforçou a necessidade de  
150 seguir os trâmites do BNDES. Sr. Carlos disse que enquanto não há esse tipo de  
151 sistema se trabalha com o que temos da melhor maneira possível. Sr. Fábio concluiu  
152 que mesmo com as dificuldades Londrina ficou em primeiro lugar em cidade mais  
153 transparente e que isso não significa que estão conformados, pois sabem que é  
154 possível fazer muito mais. Sr. Auber questionou sobre sistemas de anos anteriores,  
155 que foram comprados, pagos na época, 3 milhões de reais e que hoje estão  
156 arquivados. Sr. Fábio lamentou que a Prefeitura não tenha dado continuidade a tal  
157 investimento. O Secretário Municipal de Governo declarou que há muitos problemas no  
158 Município, o que está sendo proposto é um sistema que possibilite outra dinâmica para  
159 diminuir custos e aumentar receitas. Sr. Auber pediu para que sejam consideradas  
160 outras opções, levando em consideração que softwares têm a obsolescência muito  
161 rápida, pediu para considerar compras ou financiamentos por "leasing" com opção de  
162 compra para a aquisição de um sistema de gestão. O Secretário Municipal de Governo  
163 informou que nos trâmites do BNDES não é permitido e que o importante é a obtenção  
164 dos recursos, depois será pensado a respeito da forma de adquiri-lo. Ainda sim Sr.  
165 Auber pediu para considerar essa possibilidade. E solicitou aos presentes data  
166 definitiva de quando será dada publicidade do relatório final, independente da  
167 assinatura do Prefeito, e Sr. Carlos se comprometeu emitir relatório no prazo de 15  
168 dias. Ainda destacou a obtenção em primeiro lugar na Escala Brasil Transparente da  
169 Controladoria-Geral da União, graças ao empenho de cada órgão/entidade da  
170 Administração Municipal. Definida a data para a apresentação do relatório final, Sr.  
171 Carlos agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual, para  
172 constar, eu, Gisele Cristhiane Itiyama, lavrei a presente ata que, se aprovada, será  
173 assinada pelo Senhor Carlos Alberto Siqueira e demais presentes. Londrina, 10 de  
174 setembro de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e 06 minutos.

175  
176  
177 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_

178  
179 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_  
180



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

- 181 Auber Silva Pereira: \_\_\_\_\_  
182 \_\_\_\_\_  
183 Cinthia Mara Camillo: \_\_\_\_\_  
184 \_\_\_\_\_  
185 Danilo A. L. Barbosa: \_\_\_\_\_  
186 \_\_\_\_\_  
187 Fabio Cavazotti e Silva: \_\_\_\_\_  
188 \_\_\_\_\_  
189 Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_  
190 \_\_\_\_\_  
191 José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_  
192 \_\_\_\_\_  
193 Juarez P. Tridapalli: \_\_\_\_\_  
194 \_\_\_\_\_  
195 Marcelo Frazão Barros: \_\_\_\_\_  
196 \_\_\_\_\_  
197 Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

ATA N.º 9/2019 – CGPMTCS

Ata da IX Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 08 de outubro de 2019, às 14 horas, no Laboratório da Escola de Governo, prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 Laboratório da Escola de Governo, prédio administrativo da Prefeitura do Município de  
3 Londrina, convocados por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura,  
4 Controlador-Geral do Município e Coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal  
5 de Transparência e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, Diretor de Transparência e  
6 Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral do Município (DTPC-CGM) e membro  
7 suplente do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social,  
8 Angela Biazon Moraes Massoni e Gisele Cristhiane Itiyama (CGM), Auber Silva Pereira  
9 e Dacio Villar do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina  
10 (CMTCSL), Danilo A. L. Barbosa, da Secretaria Municipal de Recursos Humanos  
11 (SMRH), Gabriel Barioni de Alcântara e Silva e José Albino O. Branco do Observatório  
12 de Gestão Pública de Londrina (OGPL), Juarez P. Tridapalli, Secretário Municipal de  
13 Governo (SMG), Marcelo Frazão, da Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP),  
14 e Pablo Henrique Paschoal Capucho e Saulo F. A. Vieira, da Universidade Estadual de  
15 Londrina (UEL). Sr. Newton deu início à reunião às 14h08, cumprimentando a todos.  
16 Relembrou que na reunião passada ficou deliberada a emissão de relatório final do  
17 Plano, encaminhamento ao Prefeito e disponibilização no Portal da Prefeitura, e a  
18 discussão da presente reunião será referente aos próximos encaminhamentos a serem  
19 realizados diante das propostas não concluídas. Recordou haver 19 sub propostas da  
20 gestão anterior e 19 também sub propostas da gestão de 2017 a 2020, no total de 38  
21 sub propostas não concluídas. Destacou que o objetivo da reunião é aprovar um  
22 cronograma de execução das propostas remanescentes, a partir disso fazer o  
23 acompanhamento da implantação das ações e a fiscalizar sua execução, continuar as  
24 reuniões mensalmente a fim de fazer deliberações, tomar providências em caso de  
25 inexecução do Plano e aprovar, inserir novas ações de acordo com as demandas  
26 apresentadas. Essas competências estão descritas no Decreto Municipal nº 1.521/2018  
27 que reformulou o Comitê instituído anteriormente através do Decreto Municipal nº  
28 386/2014. Continuou explicando que o atual Plano foi apresentado pelo Conselho  
29 Municipal de Transparência e Controle Social e Observatório de Gestão Pública e  
30 acatado pelo Prefeito em exercício. Sr. Newton também falou sobre a reunião do dia  
31 anterior do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social (CMTCS). E expôs  
32 sua opinião referente à possibilidade da aprovação de um novo Plano, e esclareceu  
33 que o Plano foi criado antes do Conselho Municipal de Transparência e Controle  
34 Social, que inclusive no primeiro Plano havia a previsão de criação do então conselho  
35 municipal. Que o primeiro ato, através de Decreto Municipal, foi instituir a Conferência,  
36 criar o Conselho e o Comitê Gestor do Plano de Transparência e Controle Social de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

37 Londrina para monitoramento do Plano. A partir da criação do Conselho Municipal de  
38 Transparência e Controle Social, este se tornou responsável pela implementação e  
39 discussão das políticas de transparência. Sr Newton continuou questionando a  
40 necessidade de um novo Plano de Transparência, pois já há a Conferência, a  
41 fiscalização através do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, com  
42 membros de todos os órgãos públicos e população representados. Expôs que encontra  
43 um choque entre as atribuições do Comitê e do Conselho Municipal de Transparência e  
44 Controle Social. Sr. Auber explicou que a preocupação do Conselho é referente aos 6  
45 anos passados desde a criação do Comitê, relativo à eficácia do Plano, que ainda  
46 discute problemas básicos como de Tecnologia da Informação (TI), quando houve a  
47 discussão de modificação do Plano, foi nesse sentido. Sr. Newton explica que assim  
48 entendeu a fala da Sra. Francesca na então reunião do Conselho. Sr. Siqueira reforçou  
49 que a preocupação é que se aprove um novo Plano para a próxima gestão, sendo que  
50 há propostas remanescentes das gestões anteriores. Sr. Auber explanou que o  
51 comentário foi mal interpretado e as reais preocupações do Conselho são a assinatura  
52 por parte do Chefe do Executivo no Plano de Transparência, devendo assumir seu  
53 papel diante da sociedade. Também expôs se há dificuldade em relação a softwares de  
54 controle de gestão, que isso seja exposto claramente em termos de custos e prazos  
55 para implementação, pois passam os anos e isto sempre é posto como um empecilho.  
56 Sr. Auber expôs que hoje existe uma colcha de retalhos, e que constantemente é  
57 exposta a necessidade de softwares de gestão a uma determinada estância que não  
58 apresentou informações referentes a custo e prazos. E enfatizou a questão do custo do  
59 software não estar clara, pois de um lado se fala que há gratuidade e de outro há a  
60 proposta num custo de quase 50 milhões de reais. Sr. Juarez explicou que o projeto de  
61 modernização está em execução, mas que isso depende de terceiros, que não se trata  
62 apenas de um software. Sr. Auber expôs que o Plano de Transparência e Controle  
63 Social depende de Tecnologia da Informação, que atualmente está em dependência do  
64 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sr. Saulo expôs a  
65 importância de cada instância (comitê, observatório e conselho), e que é de extrema  
66 importância essa cobrança do conselho, pois é isso que motiva a não parar. E que  
67 cabe aos gestores dizer o que é possível fazer em curto, médio e longo prazo, tudo  
68 devidamente pontuado, ações para longo prazo estão sendo executadas, mas não  
69 podemos esperar para executar outras ações de curto prazo ou ações independentes.  
70 Defendeu que as situações trazidas pelo Conselho Municipal de Transparência e  
71 Controle Social ao Comitê concatenam com as propostas do Plano, pois a cidade não  
72 pode parar. Continua Sr. Saulo que o Comitê, em sua leitura é muito importante, tem  
73 que existir para haver um controle sistemático. Segundo professor Saulo é um privilégio  
74 poder se reunir com o Controlador-Geral do Município e Secretários e tratar desses  
75 assuntos atinentes à transparência e controle social. Questionou também os números  
76 apresentados no Relatório Final, quanto ao processo de planejamento adequado, que a  
77 partir daí poderia haver uma cobrança por parte do Conselho Municipal de  
78 Transparência e Controle Social quanto à execução do Plano numa velocidade um  
79 pouco maior. Sr. Juarez sugeriu apresentar o conjunto de ações pendentes a cada área  
80 responsável e conversar a fim de detalhar o que é possível para curto, médio e a longo  
81 prazo, cada ação a ser executada. Em sua opinião falta o envolvimento maior das  
82 áreas abrangidas pelo Plano. Sr. Siqueira alegou que o Sr. Newton na função de  
83 coordenador do Comitê encaminhou e-mail reforçando convocação dos membros para  
84 reunião, mas que infelizmente não há a adesão de todos. Sr. Juarez expôs que há 320



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 projetos em andamento hoje na Prefeitura e que o Plano de Transparência e Controle  
86 Social é um dos projetos e que é preciso mantê-lo em evidência para que esse não  
87 caia no esquecimento, e dá o exemplo de gestão da iniciativa privada. O Sr. Auber  
88 disse que a diferença da iniciativa privada e pública é o calendário. No caso da gestão  
89 pública, esta se encontra num cenário de transição política e voltou a repetir sobre a  
90 importância da assinatura do Prefeito, refletindo seu comprometimento com esse  
91 projeto. Para o Sr. Juarez, a assinatura por si só não fará diferença. Sr. Newton relatou  
92 sua jornada após conhecer o Comitê, quando ainda não era Controlador, e sua  
93 interpretação sobre o Comitê. Relatou que se reuniu com o então Secretário Municipal  
94 de Governo, Sr. Canhada, para delegação das propostas, seu status, o responsável  
95 por cada órgão e entidade. Encaminhou para cada responsável e solicitou confirmação  
96 do que já havia sido feito das propostas e o que ainda restava a ser executado. Sr.  
97 Newton expôs que foi difícil receber a resposta dos órgãos e entidades, pois se tratava  
98 de algo novo. Após muita cobrança, houve uma análise. Mas então surgiu a questão:  
99 Quem irá validar essas respostas? O então Controlador-Geral, Sr. João Carlos, colocou  
100 que o Comitê deveria decidir. Sr. Newton explicou que houve um período de transição  
101 entre Controladores e que nesse período o Comitê não teve atividades. Quando ele  
102 assumiu a Controladoria em julho de 2018, iniciou-se a validação das respostas por  
103 parte do Comitê, conforme sugerido pelo Sr. João Carlos e acatado pelo comitê. Sr.  
104 Newton esclareceu que esse processo de validação se encerrou há 3 reuniões atrás do  
105 Comitê e que hoje se chegou a um ponto que se sabe onde parou o Plano e que surge  
106 a necessidade de colocar novamente aos responsáveis quando conseguirá realizar as  
107 propostas remanescentes e suas dificuldades. O Controlador também explicou que  
108 questionou sobre a falta da assinatura do prefeito ao Sr. João, Controlador da época e  
109 ele informou que o Prefeito se comprometeu totalmente com a execução do Plano, e  
110 também revelou que quando teve oportunidade perguntou direto ao Prefeito se era  
111 para executar o Plano e este confirmou. Portanto, o Chefe do Executivo emitiu Decreto  
112 Municipal, nomeou o Comitê e tudo estava sendo desenvolvido da melhor forma  
113 possível, até que o problema surgiu quando a Procuradoria-Geral levantou a questão  
114 quanto à legalidade do Plano, por falta da assinatura. O Prefeito prometeu a assinatura,  
115 porém sua assessoria solicitou antes relatório do que foi feito, do que está pendente,  
116 para que a assinatura em documento conste apenas propostas remanescentes.  
117 Continuou que a última notícia que teve é que o Chefe do Executivo irá assinar o Plano  
118 como um todo. Sr. Newton considerou que o conceito do Plano de Transparência e  
119 Controle Social é ainda algo novo em nível de gestão pública, difícil de dimensioná-lo,  
120 compreendê-lo e executá-lo. Que algumas propostas constantes do Plano fogem ao  
121 tema Transparência e o Chefe do Executivo quando assina o Plano não conhece a  
122 Prefeitura como um todo. Citou um exemplo de proposta e indagou: Como será feito?  
123 O que nós, enquanto Comitê iremos direcionar? Sr. Saulo relatou que o referido Plano  
124 em alguns momentos, tem suas diretrizes, metas e atividades confundidas. Mas  
125 percebe que todos os membros ativos querem o mesmo, sugeriu para um melhor  
126 direcionamento ao Plano, seja detalhado e todo mês sejam convocados os secretários  
127 ou responsáveis pelas propostas para que prestem contas ao Comitê do que foi feito  
128 ou não, as possibilidades de execução a curto, médio e longo prazo. Caso não haja  
129 nenhuma providência ou manifestação pelo demandado que seja feito o registro e  
130 passado ao Prefeito, pois hoje está faltando essa cobrança efetiva, bem como que os  
131 secretários vejam com o Prefeito a questão da assinatura do Plano. Sr. Dacio lembrou  
132 que o Plano foi elaborado em cima de uma demanda da sociedade, pode ou não ser



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

133 feito? E que com a falta do compromisso, ou seja, falta da assinatura do Chefe do  
134 Executivo, não se obterão respostas das secretarias e entidades, pois estas têm outras  
135 demandas que estão sendo priorizadas. Uma vez que, o próprio jurídico se diz apócrifo,  
136 questionou: será que o Prefeito assumiu o compromisso de uma forma que todos  
137 abaixo dele hierarquicamente assumiram também? Que diante dessa atual realidade o  
138 Comitê não obterá as respostas necessárias. Finalizou que não tem resposta a dar ao  
139 seu público. Sr. Siqueira complementou dizendo que o Prefeito delegou poderes  
140 através do Decreto Municipal, instituiu todas as secretarias e cada uma tem suas  
141 competências, então, questiona se o Comitê tem o dever de levar ao Prefeito que, as  
142 designações que este passou não estão sendo executadas por alguns dos membros  
143 instituídos. Ou se talvez o comitê devesse os convocar. E questionou: Será que se o  
144 Comitê fizer uma convocação, eles vêm? Se não comparecem, tudo continua igual e  
145 ninguém faz nada? Na verdade, o Prefeito assinou Decreto Municipal acreditando que  
146 as secretarias/entidades iriam acatar mesmo sem sua assinatura no Plano, mas  
147 infelizmente não é o que está acontecendo. O Sr. Newton reforçou a fala do Sr.  
148 Siqueira e disse acreditar sim que o Comitê tem esse dever de apontamento aos  
149 responsáveis, ele considera desagradável, mas acredita ser dever do Comitê levar ao  
150 conhecimento do Prefeito, pois este determinou através de ato. Sr. Newton também  
151 acredita que o modelo que Sr. Saulo propôs é o ideal para o desenvolvimento atual do  
152 Comitê: adotar a prática de convocar o secretário ou responsável para prestar  
153 esclarecimentos sobre os desenvolvimentos de suas ações ou o cronograma com  
154 previsão, com registro em ata e demais encaminhamentos, inclusive ao Prefeito. Sr.  
155 Newton acredita que verá maior evolução, porém concluiu que o detalhamento total do  
156 Plano feito pelo Comitê levaria muito tempo, considerou já para a próxima reunião  
157 convocar 2 ou 3 secretarias para prestar contas referentes ao desenvolvimento das  
158 propostas. Sr. Juarez se comprometeu a trazer o planejamento da sua secretaria para  
159 a próxima reunião, até como uma forma de incentivar as outras secretarias. Sr. Saulo  
160 perguntou quais são as secretarias com maiores pendências e Ângela respondeu que o  
161 maior número de pendências encontra-se com a Secretaria Municipal de Governo e a  
162 Secretaria Municipal de Gestão Pública. Sr. Saulo expressou que no seu entendimento,  
163 o Plano não é claro, pois é muito amplo e sem metas mensuráveis. Sr. Newton  
164 esclareceu que o Comitê não tem essa competência, e isso levaria muito tempo, cabe  
165 ao Comitê avaliar o que foi feito, se foi feito e orientar quando solicitado. No que se  
166 refere ao nível de eficiência, isso seria melhoria de gestão, isto não é objeto do Comitê,  
167 até porque não avançaria. Ele conclui dizendo que o papel do Comitê é avaliar se as  
168 ações estão concluídas ou não, e para as secretarias e entidades que não estão  
169 evoluindo, devem ser tomadas as providências cabíveis, relatar ao Prefeito, por  
170 exemplo. Sr. Dacio posicionou que as questões discutidas ainda são muito  
171 operacionais. Continuou que o Conselho traz as questões demandadas pela  
172 sociedade, transformadas em propostas, cabe aos técnicos das secretarias/entidades  
173 detalhar as propostas e executá-las, através de um plano de ação, de execução. E que  
174 o Conselho espera uma resposta dos técnicos, mas infelizmente o comitê não se  
175 encontra nesse nível, ainda está no nível de interpretação das propostas, quem são os  
176 responsáveis. Sr. Auber sugeriu que cada secretário ou representante pegue sua pasta  
177 de trabalho (propostas a serem executadas) e divida com sua equipe. Considerou que  
178 no Plano há os pontos críticos, ou seja, os empecilhos, os gargalos que devem ser  
179 discutidos com precisão. Sr. Juarez indagou a todos se deveria orientar as outras  
180 secretarias e o Sr. Dacio respondeu que não em seu entendimento, o mesmo já tem



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

181 sua pasta para cuidar e que como membro do Comitê ele já faz sua colaboração e  
182 cabe aos outros fazer o mesmo. Sr. Juarez se comprometeu trazer seu planejamento  
183 para a próxima reunião, se for possível ajudará o Sr. Fábio (SMGP) com o  
184 planejamento da Secretaria Municipal de Gestão Pública e das outras também.  
185 Informou que pedirá apoio do Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública da UEL  
186 (NIGEP). Sr. Newton deliberou que cada secretaria detalhe suas propostas  
187 remanescentes a nível de indicadores para ser apresentado ao Comitê e que o Sr.  
188 Juarez como Secretário Municipal de Governo e membro do Comitê oriente os demais  
189 secretários e representantes e na próxima reunião traga seu planejamento. Sr. Saulo  
190 sugeriu que essa determinação ainda seja avaliada, com um projeto inicial da  
191 Secretaria Municipal de Governo. Sr. Auber concordou, porém orientou já passar a  
192 todos os órgãos e entidades a deliberação. Sr. Juarez mencionou que nem todas as  
193 propostas serão possíveis executar a curto prazo. Sr. Auber enfatizou que há ações  
194 que dependem de outras ações maiores, que isso é compreensível, porém o que a  
195 população quer saber é uma previsão de quando e quanto. Sr. Siqueira questionou  
196 como ficará o Plano uma vez que o governo está em transição. Sr. Auber replicou que  
197 “a regra se estabelece e as exceções, administramos”. Sr. Saulo acrescentou que trata  
198 de um programa do Município, temos que planejar as ações para a população,  
199 independente de mandatos. Referente à inclusão em pauta da resposta do ofício  
200 062/2019 - CP5EIXO1/CMTCP, Sr Newton considerou que o assunto não é da  
201 competência do Comitê, porém concordou fazer uma resposta. Quanto à análise das  
202 subpropostas 21, 29 e 30 Sr. Newton considerou que serão inclusas nas próximas  
203 análises. O Sr. Auber concordou e pediu que o que não for da sua competência  
204 (enquanto comitê), pediu a indicação dos responsáveis pela resposta ao documento  
205 enviado. Sr. Auber pediu a atenção para expor um assunto que foi posteriormente  
206 acrescentado em pauta a seu pedido, referente à venda da SERCOMTEL, no qual o  
207 mesmo pediu para deixar registrado. No dia 30/09/2019 em audiência pública na  
208 câmara, referente às prestações de contas do Município, foram discorridos 31 itens,  
209 nestes incluso a venda da SERCOMTEL (item 13), que tem como previsão que ocorra  
210 ainda este ano, novembro ou dezembro. Sr. Auber pontuou que este item foi colocado  
211 em 3 linhas durante a audiência, o que considerou extremamente escasso em termos  
212 de transparência considerando a relevância do tema. Assinalou também que o  
213 Presidente da sessão nem ficou até o final da audiência, e, portanto, ele dirigiu  
214 pergunta ao vereador substituto, Sr. Jamil Janene, perguntando-lhe e dirigiu essa  
215 pergunta no momento ao Controlador-Geral: Quais seriam as garantias do Município  
216 nos moldes da solicitação que foi feita pelo Observatório de Gestão Pública? Explicou  
217 que foi emitido questionamento acerca do tema pelo Observatório de Gestão Pública  
218 ao Município (remetido a Secretaria Municipal de Governo, Procuradoria-Geral e  
219 Gabinete do Prefeito) e também à Câmara Municipal, SERCOMTEL e ANATEL, porém  
220 ainda não houve respostas. Expôs sua preocupação que o Município leve novamente  
221 calote, como, segundo ele, já tomou quando houve a venda dos 45% do órgão, relatou  
222 que o mesmo fato aconteceu na cidade de Maringá. Enfatiza sua preocupação com a  
223 negociação e um provável “tombo” novamente do Município, pela ANATEL e 10 de  
224 Dezembro, que, como relata, trata-se da empresa da vez. Sr. Auber afirmou que tentou  
225 diversas vezes contato com a Ouvidoria-Geral entre outros órgãos e estes apenas  
226 alegam que negociação corre em sigilo. Sr. Gabriel, representante do Observatório de  
227 Gestão Pública, relatou que também já levou questionamento a todas as instâncias,  
228 mas não houve nenhuma resposta satisfatória. Sr. Auber informou que o antigo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

229 processo de venda da SERCOMTEL encontra-se junto ao escritório da Sra. Sandra  
230 Regina Kock. Julgou como irresponsabilidade o comportamento do Presidente da  
231 Câmara. E que estamos sendo lesados. Sr. Newton explicou que hoje há um maior  
232 nível de transparência, que há a legislação para solicitar as devidas informações. Sr.  
233 Gabriel explicou o teor do documento enviado e explicou que será encaminhado  
234 novamente documento ao Poder Executivo para maiores esclarecimentos e espera que  
235 este não seja novamente encaminhado a SERCOMTEL, e devidamente respondido  
236 pelos responsáveis. Sr. Newton explicou que a presença do Presidente da Câmara na  
237 Audiência Pública não era obrigatória, que foi uma deliberação própria, pois se trata de  
238 uma prestação de finanças públicas. E que as devidas informações devem ser  
239 solicitadas através da legalidade. Sr. Auber enfatiza que houve questionamento sobre a  
240 venda da SERCOMTEL na Câmara e o Presidente da Câmara se ausentou, deixando  
241 um substituto. E que é de seu conhecimento que eles subscrevem, porém não  
242 integralizam o devido capital, sem garantias de integralização, que depois acarreta  
243 encaminhamento à esfera judicial. Sr. Newton novamente esclarece que na prestação  
244 de contas na Câmara não cabe ao Presidente da Câmara, somente a Comissão de  
245 Finanças, representada pelo Sr. Jamil Janene. Sr. Siqueira sugeriu aos senhores Auber  
246 e Gabriel, solicitar a um vereador fazer esses questionamentos ao Município, pois  
247 neste caso há a obrigatoriedade de resposta, e acredita não ser um assunto  
248 relacionado ao Plano do Comitê. Sr. Newton concordou com a colocação, que para  
249 efeito de ata não é um assunto relacionado à transparência. Sr. Auber defendeu que tal  
250 assunto trata-se de falta de transparência nas finanças quanto à venda da  
251 SERCOMTEL. Sr. Newton então sugeriu que haja uma proposta por parte do Conselho  
252 ao Comitê referente ao tema. Sr. Auber agradece a oportunidade pela colocação e  
253 destaca que são pontos negativos da história de nosso Município. Definida a  
254 apresentação das propostas por parte do Secretário Municipal de Governo para a  
255 próxima reunião, Sr. Newton agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a  
256 reunião, da qual, para constar, eu, Gisele Cristhiane Itiyama, lavrei a presente ata que,  
257 se aprovada, será assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes.  
258 Londrina, 08 de outubro de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e 39 minutos.  
259

260 Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_

261  
262 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_

263  
264 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_

265  
266 Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_

267  
268 Auber Silva Pereira: \_\_\_\_\_

269  
270 Dacio Villar: \_\_\_\_\_

271  
272 Danilo A. L. Barbosa: \_\_\_\_\_

273  
274 Gabriel Barioni de Alcântara e Silva: \_\_\_\_\_

275  
276 José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

277

278 Juarez P. Tridapalli: \_\_\_\_\_

279

280 Marcelo Frazão Barros: \_\_\_\_\_

281

282 Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_

283

284 Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

ATA N.º 10/2019 – CGPMTCS

Ata da X Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 13 de novembro de 2019, às 14 horas, no Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina, convocados  
3 por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura, Controlador-Geral do  
4 Município, Coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e  
5 Controle Social e titular da Controladoria-Geral do Município, Angela Biazon Moraes  
6 Massoni e Gisele Cristhiane Itiyama (CGM), Adriana Martello Valero, Secretária  
7 Municipal de Recursos Humanos (SMRH) e Danilo A. L. Barbosa (Suplente da SMRH),  
8 Alexandre Sanches Vicente, Ouvidor-Geral do Município, Claudemir Vilalta, da  
9 Secretaria Municipal de Gestão Pública (Suplente da SMGP), Dacio Villar do Conselho  
10 Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina (Suplente da CMTCSL),  
11 José Albino O. Branco do Observatório de Gestão Pública de Londrina (Titular da  
12 OGPL), Juarez P. Tridapalli, Secretário Municipal de Governo (Titular da SMG), Márcio  
13 Horaguti da Silva, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento  
14 e Tecnologia, (tendo em vista que o titular e suplente não puderam participar) e Pablo  
15 Henrique Paschoal Capucho (suplente) e Saulo F. A. Vieira, da Universidade Estadual  
16 de Londrina (Titular da UEL). Teve sua ausência justificada a Sra. Cinthia Mara Camillo  
17 por motivo de participação em curso. O Sr. Newton, Coordenador do Comitê, deu início  
18 à reunião às 14 horas e 06 minutos, dando boas-vindas aos presentes. Primeiramente,  
19 explicou que conforme o Decreto 1521/2018 do Comitê Gestor do Plano Municipal de  
20 Transparência e Controle Social compõem a mesa: representantes do poder público,  
21 representados pelo Controlador-Geral, Secretário Municipal de Planejamento,  
22 Orçamento e Tecnologia, o Secretário Municipal de Governo, o Secretário Municipal de  
23 Gestão Pública, o Secretário Municipal de Recursos Humanos e o Procurador-Geral do  
24 Município e representando a sociedade civil, Observatório de Gestão Pública,  
25 Universidade Estadual de Londrina, Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho  
26 Municipal de Transparência e todos os respectivos suplentes dos órgãos e entidades  
27 citadas. Elucidou que, podem participar das reuniões os suplentes, mas sem direito a  
28 voto, apenas na falta do titular, o suplente substituiria e neste caso teria o poder de  
29 decisão nas deliberações que forem realizadas pelo Comitê Gestor. Igualmente podem  
30 participar os servidores da CGM que darão o suporte a reunião. A fim de melhorar a  
31 efetividade das reuniões, Sr. Newton sugeriu que o teto da reunião seja de 90(noventa)  
32 minutos, podendo ser prorrogado uma única vez, por no máximo 30(trinta) minutos, se  
33 aprovado pelo Comitê Gestor por consenso, que as manifestações sigam uma  
34 inscrição de fala, se houver necessidade, o tempo para cada fala de 5(cinco) minutos  
35 para questionamentos, 5(cinco) minutos para as respostas, mais 3(três) minutos para  
36 as réplicas e 3 (três) minutos para as réplicas, o controle das inscrições e tempo de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

37 falas, seria realizada pelo coordenador da reunião, ou seja, o controlador, ou pela  
38 pessoa que este designar. Nas apresentações, o tempo máximo será de 30(trinta)  
39 minutos, sem interrupções e as perguntas seguiriam as regras citadas anteriormente.  
40 Perguntou aos presentes, se havia alguma outra sugestão ou observação a ser feita e  
41 como não houve manifestações deu continuidade esclarecendo que a pauta da reunião  
42 teria como programação, a apresentação das propostas não concluídas por parte da  
43 Secretaria Municipal de Governo e da Controladoria Geral do Município, e a partir daí  
44 passou a palavra ao Sr. Juarez. O Sr. Newton aproveitou ainda e fez um adendo que  
45 havia se esquecido de comentar que nas apresentações vamos dar a liberdade do  
46 apresentador concluir a apresentação e se houver questionamento vamos anotando e  
47 as perguntas ficariam no final. O Secretário Municipal de Governo deu início a sua  
48 apresentação, informando que como já havia comentado em outras oportunidades, a  
49 Secretaria de Governo está utilizando o sistema QUALIEX, dentro do escopo com o  
50 contrato da UEL, e que todas as propostas estão registradas neste e com isso é  
51 possível fazer todo o acompanhamento de indicadores e dos projetos da Prefeitura,  
52 sobre seu andamento, a evolução, planejamento, registrando o que vai ocorrendo,  
53 explicou que não é uma tarefa fácil acompanhar todos os projetos, mas que o pessoal  
54 da UEL está acompanhando com esses registros, fazendo reuniões mensais de  
55 atualização desses projetos e também de indicadores estratégicos que foram acertados  
56 no início do ano com todas as secretarias. Cada secretaria mandou 05(cinco)  
57 indicadores estratégicos e 05(cinco) projetos estratégicos e nós cadastramos todos  
58 junto com o apoio do NIGEP e agora estamos fazendo esse acompanhamento desses  
59 projetos e indicadores. Explicou que dentre os projetos, o Plano de Transparência, é o  
60 de número 310(trezentos e dez) e neste momento há em acompanhamento mais de  
61 320(trezentos e vinte) projetos, todos acontecendo ao mesmo tempo, na prefeitura. Sr.  
62 Juarez explicou que o Plano de Transparência foi todo registrado no sistema e está  
63 sendo monitorado. Das propostas não concluídas no atual Plano de Transparência  
64 2017-2020, há a conclusão de ações remanescentes do plano de 2012-2016. Então,  
65 diz que a Administração pretende acompanhar e concluir até o final do mandato desta  
66 gestão (2017-2020). Foram feitas as atualizações dos projetos que envolvem a  
67 Secretaria Municipal de Governo, o primeiro deles é instituir uma política de gestão  
68 orientada para resultados, adiantou que é um projeto bem ousado, não se trata de um  
69 projeto trivial a ser implantado dentro da prefeitura, pois envolve uma série de ações.  
70 Instituíram como planejamento mínimo para tentar implementar essa política de gestão  
71 orientada para resultados: a definição da proposta com o Chefe do Executivo (verificar  
72 se há o interesse deste, pois há a necessidade de apoio de um gestor maior colocando  
73 como prazo até o final de novembro deste ano); decreto com modelo de contrato de  
74 gestão, onde há indicadores de metas e projetos, alinhados com o responsável por  
75 cada pasta (já há modelos prontos a serem atualizados); implantação de projeto-piloto,  
76 a partir da definição de alguma secretaria (não implantar em todas as secretarias de  
77 uma única vez, criar primeiro a cultura da gestão por resultados); definição de  
78 indicadores e projetos estratégicos por secretaria/entidade, de forma gradativa (já há  
79 indicadores e projetos estratégicos, apenas precisam alinhá-los); acompanhamento dos  
80 indicadores e projetos pelo sistema até o final de 2020, pelo menos o projeto-piloto.  
81 Outra proposta do Plano de Transparência, que a Secretaria Municipal de Governo tem  
82 como responsabilidade é o item que se refere à revisão e atualização dos fluxos de  
83 processos na prefeitura, fazendo uso da tecnologia e racionalidade, nesta proposta já  
84 há um projeto em andamento (BPM), em fase de capacitação, além do atual uso do



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 processo SEI, o Sr. Juarez disse acreditar que essa atividade já está sendo  
86 desenvolvida com as secretarias. Referente a Edição de Lei Municipal para  
87 sacramentar escolha do Controlador do Município (atualmente por decreto), e também  
88 sobre o item de estabelecer processo similar à escolha do Controlador-Geral para  
89 escolha do Ouvidor do Município, o Secretário Municipal de Governo informou que irá  
90 verificar com o Chefe do Executivo, inclusive sobre projeto de Lei que já tramita no  
91 Gabinete. O Secretário de Governo questionou o Ouvidor Sr. Alexandre sobre a  
92 questão da escolha do Ouvidor nesse momento e o mesmo argumentou que foi uma  
93 consulta à Ouvidoria, porém seria de livre provimento do Prefeito. Com relação à  
94 Secretaria Municipal de Gestão Pública, informou o Secretário Municipal de Governo  
95 que foram realizadas algumas reuniões com o pessoal da Gestão Pública sobre o que  
96 estava planejado nas Licitações e em relação ao aperfeiçoamento em processos  
97 licitatórios, o Secretário Municipal de Governo informou que apesar da ação de  
98 fortalecimento do Programa Compra Londrina estar concluída, que há o projeto de  
99 contínuo fortalecimento deste e sua consolidação. Ainda a respeito de processos  
100 licitatórios, sobre prazos para solicitação de compras (maior antecipação) e diretrizes  
101 para Termo de Referência (manual), o secretário inteirou-nos que será desenvolvido  
102 um estudo padronizado para as principais contratações da Prefeitura, através do  
103 contrato da FAUEL. Serão 12(doze) Termos de Referências que serão trabalhados.  
104 Quanto a organização de um Banco Municipal de Preços (valores unitários, por  
105 produtos, tanto do município quanto de outros órgãos públicos sediados em Londrina),  
106 o Secretário esclareceu que após capacitação realizada pelos responsáveis em  
107 Curitiba sobre Formação de Preços, propuseram se adequar melhor aos mecanismos  
108 propondo revisão no Decreto Municipal de Formação de Preços, visto que a ação da  
109 base do Nota Fiscal do Paraná não foi bem-sucedido. A ideia da Secretaria Municipal  
110 de Gestão Pública é organizar sua própria base do Banco de Preços, inclusive  
111 ampliando o número de licenças, contudo o pessoal do Nigep vem acompanhando há  
112 um bom tempo a questão dos preços e toda vez que ocorre uma licitação eles pegam  
113 todos os preços homologados e é feita uma nova pesquisa, uma avaliação de variação  
114 entre um ano e outro e é feita uma pesquisa com fontes externas se aquele preço que  
115 foi praticado está dentro da normalidade e se teve variações. Se aqueles preços  
116 variaram muito é feita uma investigação para verificar a motivação porque variou.  
117 Percebeu-se que no ano passado houve uma redução de preços em relação aos  
118 preços anteriores de quase 10%(dez por cento) e agora esse ano a redução está  
119 sendo bem melhor, muito ajustado e com isso verifica-se que o Decreto está dando a  
120 resposta que dele se espera. Para a proposta de aumento de prazo para realização de  
121 pregões e registros de preços para 15(quinze) dias estão sendo verificadas ações  
122 específicas dentro do Programa Compras Londrina. No que tange a obrigatoriedade de  
123 parecer jurídico homologatório quando há questionamentos ou impugnações nos  
124 processos licitatórios, ou licitações que ultrapassam R\$ 1 milhão será implementada,  
125 na área de fiscalização de contratos, tornar on-line todas as fases de fiscalização,  
126 disponibilizando os relatórios, manifestações, empenhos e pagamentos, o Secretário  
127 Municipal de Governo comunicou juntamente com o membro suplente da Secretaria  
128 Municipal de Gestão Pública, que, ainda não foi publicada a normativa, porém  
129 capacitações estão sendo realizadas com a organização das respectivas funções, e  
130 inclusive, a criação do Manual de Fiscalização de Contrato, após as devidas  
131 capacitações, será criado, também com a respectiva normativa. A disponibilização de  
132 informação pública sobre a data de entrega de produtos adquiridos pelo poder público



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

133 estará plenamente contemplada caso haja um sistema de gestão de compras através  
134 do PMAT com o controle de recebimento, com termo de recebimento é possível se  
135 fazer, mas através de sistema de recebimento. Instituição de Decreto Municipal  
136 regulamentando as placas de obras, foi informado que está implementada, porém, o  
137 Secretário de Governo disse que não teve condições de checar se está realmente  
138 implementada. Sr<sup>a</sup> Angela argumentou que há um Manual, não um Decreto que  
139 regulamente. Sr. Newton questionou o Secretário de Governo sobre a proposta de  
140 prover a Controladoria Geral e Ouvidoria do Município de estrutura necessária para boa  
141 execução dos trabalhos, o Secretário informou que há a necessidade do diálogo e  
142 verificação de viabilidade financeira junto à Secretaria Municipal de Planejamento,  
143 Orçamento e Tecnologia e solicitou ao Controlador-Geral e Ouvidor a elaboração de  
144 projeto para análise para que pudesse auxiliar. Sr. Juarez perguntou ao Sr. Newton se  
145 já há este planejamento? E o Sr. Newton respondeu que de início seria a  
146 transformação e contratação de 2(dois) cargos de Gestor de Planejamento para 1(um)  
147 Auditor e outro para Engenheiro para auxiliar na fiscalização de obras para subsidiar as  
148 auditorias, além da promoção de dois TGPC08 – Técnico de Gestão Pública – função  
149 Assistência Técnica em Controladoria Institucional. Sr. Juarez aproveitou a  
150 oportunidade para explicar que se a PEC emergencial do governo federal passar, esta  
151 será bem “dura” e teria que fazer uma reengenharia dentro da Prefeitura. Sugeriu  
152 esperar o cenário se desenhar para poder começar a trabalhar em questão. O que a  
153 PEC emergencial diz: Bateu 95%(noventa e cinco por cento) gastos correntes, sobre  
154 receita correntes, para de contratar, dar promoção, para tudo em termos de pessoal,  
155 até se adequar. E se não for suficiente reduz até 25%(vinte e cinco) seu gasto com  
156 pessoal. Sra. Adriana divulgou que a secretaria de RH está finalizando um relatório e  
157 que dentro de aproximadamente uns 20(vinte dias) será apresentado um trabalho de  
158 análise de todo dimensionamento do quadro funcional, quais são os cargos dentro das  
159 secretarias existentes que estão ocupadas e livres e que esse trabalho poderia ajudar e  
160 o gestor a realizar uma análise dentro de sua área. Deu um exemplo, que é bem  
161 comum a todos, TGP, de repente existem 10(dez) vagas de TGP, 7(sete) estão  
162 ocupados e 3(três) estão vagas não haveria mais necessidades dessas vagas. E outra  
163 área está com essa demanda, logo poderiam ser remanejadas essas vagas para os  
164 locais necessários. Disse acreditar que vai dar uma boa visão dessa questão das  
165 vagas e também será possível extinguir vagas desnecessárias. Sr. Alexandre  
166 confessou que acredita que os secretários não abririam mão de servidores em razão de  
167 não haver espírito de equipe. Sr. Marcio disse que isso realmente acontece, mas por  
168 precaução, uma vez que o processo para contratação é demorado. Sr. Juarez declarou  
169 que com esse cenário que vem se desenhando, não há outra saída além de um grande  
170 projeto de informatização, a fim de desenvolver atividades que são manuais em  
171 atividades automatizadas, deu como exemplo o alvará, onde até a próxima semana  
172 será implantada toda a informatização, e assim eliminará o trabalho de várias pessoas,  
173 e outra questão que também considerou muito importante é aumentar a receita do  
174 Município e segurar os gastos. Sr. Newton perguntou sobre a proposta referente à  
175 disponibilização, no site da Prefeitura de Londrina, de todos os Decretos, Portarias e  
176 Resoluções expedidos pelo Prefeito e demais agentes administrativos e o Secretário  
177 Municipal de Governo respondeu que é o sonho da Secretaria. O Projeto esperado é o  
178 semelhante ao Planalto Federal e explicou que houve propostas de empresas  
179 terceirizadas que não contemplavam todo o projeto necessário para a organização das  
180 normativas. Informou que está previsto no PMAT 3. Sr. Saulo fez uma observação que



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

181 achava importante porque na última reunião nós tínhamos cobrado muito essa questão  
182 desse planejamento e quando na presença do secretário conversando com a gente,  
183 isso é fundamental, a discussão está mais técnica a todo o momento. Citou que o Sr.  
184 Auber tinha cobrado bastante isso na última reunião sobre a questão do planejamento.  
185 Então o Secretário de Governo tem mostrado bastantes ações, bem como, a Secretária  
186 de Recursos Humanos também de planejamento e organização para uma melhor  
187 gestão otimização interna. Então quando a gente tem que reclamar, reclama, mas  
188 quando tem que elogiar, elogiamos também, isso que é importante, de se ver também.  
189 Enquanto Comitê, da nossa importância de ter isso melhor cobrado por que de alguma  
190 maneira nesse processo de ganhar força nas diferentes pastas para que possamos  
191 continuar evoluindo. Esse processo de evolução não pode parar. Continuou dizendo  
192 que gostaria de perguntar ao Secretário Municipal de Governo se é possível que assim  
193 que essas ações na medida em que iriam sendo cumpridas de disponibilizar em  
194 relatório, informando o cumprimento dos prazos, criando assim uma mudança de  
195 cultura. Sobre a digitalização, armazenamento e divulgação integral e atualizada de  
196 todos os procedimentos administrativos licitatórios e suas fases, com acesso via  
197 internet e acessível via ferramentas de busca, o Secretário Municipal de Governo  
198 informou que, em conversa com a DTI foi comunicado que essas informações estarão  
199 disponíveis no novo Portal da Prefeitura. O Diretor de Tecnologia presente em reunião  
200 também informou que estão sendo realizadas reuniões a fim de adequações junto a  
201 essas propostas. Sr. Saulo pediu a fala e elogiou a conduta do Comitê, ele considerou  
202 a reunião mais técnica e satisfatória quanto às informações divulgadas, julgou que os  
203 responsáveis pelas propostas do plano estão no caminho correto. Sr. Juarez ofereceu  
204 a ajudar no planejamento das apresentações das próximas secretarias e responsáveis  
205 por ações e propostas remanescentes, principalmente aos que não estão muito  
206 envolvidos no plano. O Controlador relatou que nas deliberações passadas havia sido  
207 acordado que seria utilizado o SIGEOR para poder visualizar a evolução das  
208 propostas, e dar transparência ao público externo, considerou que a ferramenta é  
209 limitada, no entanto, atende à demanda, perguntou aos presentes, uma vez que o  
210 Secretário de Governo apresentou-lhes outra ferramenta "QUALIEX" com recursos  
211 mais elaborados, se seria o caso, ou até mesmo se seria possível utilizá-la. O  
212 Secretário de Governo explicou que o "QUALIEX" tem o intuito de ajudar na gestão  
213 interna e que a ferramenta poderia ajudar na geração de relatórios para a divulgação e  
214 informou também que se trata de uma ferramenta provisória, no entanto, considerou  
215 que o Município necessita de sistema permanente e oficial para uma gestão mais  
216 eficaz. Sr. Saulo esclareceu que o "QUALIEX" é um programa operacional das  
217 atividades internas, no caso da transparência das informações é preciso verificar quais  
218 informações são importantes a serem divulgadas para o cidadão. Sr. Juarez concluiu  
219 que a ferramenta "QUALIEX" tem mais como o objetivo implantar a cultura da gestão  
220 de projetos com indicadores, no decorrer do PMAT 3 é preciso definir de forma  
221 definitiva um sistema. Sr. Dacio discorreu que a cada dia mais dependemos das  
222 estruturas de softwares para fazer uma boa administração, mas, esses processos  
223 administrativos tem que estar primeiro adaptados dentro do sistema, tem que estar  
224 claro para todos os usuários. Considerou que há muita informação à disposição, no  
225 entanto, o cidadão não chega onde quer, quando ele precisa de ajuda, ele prefere ligar  
226 em uma rádio, então, precisa-se de um sistema permanente e que este seja evoluído  
227 dentro do próprio processo, pois a cada vez que trazemos um sistema "alienígena",  
228 todos tem que aprender, entender e enquanto nós estamos fazendo esse trabalho de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

229 entendermos, não conseguimos dar informação ao cidadão, não conseguimos traduzir  
230 as informações em um formato palatável, acrescentou que a população está a cada dia  
231 mais envelhecendo e que também entende que este grupo precisa evoluir junto. Sr.  
232 Marcio elucidou que na semana de inovação do Governo Federal que ocorreu na  
233 semana anterior no qual ele, o Controlador-Geral e o Ouvidor-Geral estiveram  
234 presentes, descobriu-se não apenas em qual posição se encontra o Governo Federal,  
235 mas também onde o Município se encontra. Segundo o evento, estamos atrasados em  
236 nível tecnológico há pelo menos há duas décadas. Sr. Newton ponderou que a  
237 discussão no evento não tratou apenas da linguagem cidadã, mas também sobre uma  
238 linguagem mais clara. Sr. Alexandre comentou que cada membro participou de oficinas  
239 mais relacionados à sua área e que em seu caso, foram assuntos mais relacionados à  
240 comunicação e linguagem e hoje há teorias que estão sendo implantadas já no estado  
241 do Espírito Santo e prefeitura de São Paulo, como já citado pelo Sr. Newton, a  
242 linguagem clara é diferente da linguagem cidadã, essa é uma teoria desenvolvida pelo  
243 governo da Colômbia e que gostaria de passar esses conhecimentos aprendidos  
244 principalmente ao Secretário Municipal do Governo pois acredita que temos condições  
245 de implantá-las no Município. Sr. Dacio concordou e frisou que o cidadão também  
246 precisa ser trabalhado a fim de evoluir junto com as novas tecnologias, reforçou que  
247 todos precisam sair da sua zona de conforto para progredir. Sr. Newton finalizou  
248 dizendo que a ferramenta "SIGEOR" foi apresentada pela composição antiga do  
249 Comitê Gestor e que foi reivindicação desses representantes da sociedade civil. Sra.  
250 Adriana expôs que em sua opinião, o importante não é a divulgação das propostas do  
251 plano, mas sim a divulgação das ações executadas, pois acredita que a divulgação da  
252 organização, confundirá o cidadão. Sr. Dácio considerou que a sociedade tem que  
253 entender o processo, pois os representantes do Comitê não são permanentes, então é  
254 preciso criar essa cultura para que os próximos consigam entender como funciona esse  
255 processo. Sr. Dacio também considerou importante a formação de conselheiros, pois  
256 acredita que este precisa chegar já com um conhecimento prévio dessa linguagem e  
257 pretende trazer essa cultura para a administração pública. Sr. Newton concordou em  
258 manter a continuidade da utilização do "QUALIEX". E que a proposta para os próximos  
259 encontros são que as próximas secretarias e órgãos responsáveis apresentem suas  
260 respostas referentes às ações remanescentes, sugeriu reunião extraordinária para o  
261 dia 26 de novembro de 2019, mas não houve a predisposição da maioria dos  
262 representantes. Então ficou agendada reunião ordinária com data provável da próxima  
263 reunião do Comitê: 10/12/2019 e definida a apresentação das propostas na próxima  
264 reunião por parte do Controlador-Geral, CODEL, Ouvidoria-Geral do Município,  
265 Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, Secretaria Municipal de Planejamento,  
266 Orçamento e Tecnologia e Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Sr. Newton  
267 informou que irá confirmar a presença dos representantes da sociedade civil, por se  
268 tratar de feriado municipal a data da próxima reunião. E confirmará através de e-mail a  
269 data da próxima reunião. Agradeceu presença de todos, e deu por encerrada a reunião,  
270 da qual, para constar, eu, Gisele Cristhiane Itiyama, lavrei a presente ata que, se  
271 aprovada, será assinada pelo Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes.  
272 Londrina, 13 de novembro de 2019. A reunião foi encerrada às 15 horas e 35 minutos.

273

274 Newton Hideki Tanimura \_\_\_\_\_

275

276 Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298

Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_

Adriana Martello Valero: \_\_\_\_\_

Danilo A. L. Barbosa: \_\_\_\_\_

Alexandre Sanches Vicente: \_\_\_\_\_

Claudemir Vilalta: \_\_\_\_\_

Dacio Villar: \_\_\_\_\_

José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_

Juarez P. Tridapalli: \_\_\_\_\_

Márcio Horaguti da Silva: \_\_\_\_\_

Pablo Henrique Paschoal Capucho: \_\_\_\_\_

Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

ATA N.º 11/2019 – CGPMTCS

Ata da XI Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2019, realizada no dia 10 de dezembro de 2019, às 14 horas, no Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

1 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se no  
2 Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina, convocados  
3 por meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura, Controlador-Geral do  
4 Município e Coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e  
5 Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, membro suplente da CGM, Angela Biazon  
6 Moraes Massoni e Gisele Cristhiane Itiyama (CGM), Alexandre Sanches Vicente,  
7 Ouvidor-Geral do Município, André Luis Gebara de Sousa, representante da Secretaria  
8 Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (tendo em vista que o titular e  
9 suplente não puderam participar), Auber Silva Pereira, membro titular do Conselho  
10 Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina (CMTCSL), Danilo A. L.  
11 Barbosa, membro suplente da Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH),  
12 João Luiz Martins Esteves, membro titular da Procuradoria-Geral do Município, José  
13 Albino O. Branco, membro titular do Observatório de Gestão Pública de Londrina  
14 (OGPL), Rodrigo Victor da Silva, representante da Secretaria Municipal de Governo  
15 (SMG), (tendo em vista que o titular e suplente não puderam participar), e Saulo F. A.  
16 Vieira, membro titular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O Sr. Newton,  
17 Coordenador do Comitê, deu início à reunião às 14 horas e 08 minutos, dando boas-  
18 vindas aos presentes. Primeiramente, informou que se daria continuidade ao  
19 planejamento previsto em ata, através da abordagem das ações que ainda não foram  
20 concluídas pela Controladoria-Geral do Município. O Controlador explicou que foi  
21 elaborado um relatório para transmitir o que foi feito desde a última avaliação e o que  
22 ainda pretende-se realizar na presente gestão. Iniciou pela subproposta sob número 1,  
23 que trata da edição de Lei Municipal para sacramentar a escolha do Controlador do  
24 Município. Sr Newton esclareceu que atualmente há um Decreto Municipal e a minuta  
25 já foi elaborada de acordo com as propostas do Conselho Municipal de Transparência  
26 e Controle Social e que se encontra responsável por essa subproposta a Secretaria  
27 Municipal de Governo. Informou que esse projeto de Lei já foi encaminhado no dia 14  
28 de Março de 2019. E considerando o quadriênio da gestão, encontra-se dentro do  
29 prazo. Sr. Newton questionou Sr. Rodrigo da SMG sobre sua tramitação. Sr. Auber  
30 questionou quanto ao prazo e Sr. Newton informou que, segundo a SMG encontra-se  
31 com o Chefe do Executivo. Sr. Auber também questionou a respeito de pesquisa se  
32 esse processo de escolha do Controlador há em outros Municípios. Sr. Newton  
33 respondeu que acredita que esse modelo de escolha do Controlador, mesmo sendo a  
34 partir de Decreto Municipal é inédita, existente somente aqui no Município de Londrina.  
35 Esclareceu que essa é a informação que há até o momento. Sr. Auber sugeriu deliberar  
36 sobre essa questão. Sr. Newton esclareceu que em decorrência das mudanças de



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

37 Controlador pode ter atrasado o processo e que a Diretoria de Transparência pode  
38 encaminhar um processo SEI e pedir informação para Secretaria de Governo. Sr.  
39 Newton deu andamento à apresentação, com a subproposta 19, que consiste em  
40 promover mais transparência nas prestações de contas, audiências públicas,  
41 investimentos x resultados. Sr. Newton informou quanto às ações já realizadas: que a  
42 cada prestação de contas a Diretoria de Fiscalização das Finanças Municipais se reúne  
43 juntamente com Controlador para planejar ações e melhorias na transparência e na  
44 linguagem. A CGM procura verificar o que pode ser simplificado para que essa  
45 informação seja mais clara para os ouvintes da audiência pública. Destacou que o  
46 problema muito sério que há é realmente a ausência da participação da população, dos  
47 próprios vereadores. Sr. Newton explicou que a cada prestação de contas que é  
48 quadrimestral, já há alguns anos, se vem estudando meios para que a prestação de  
49 contas seja mais atrativa para o cidadão. Informou que até mudança de horário já foi  
50 feita, que houve audiência pública realizada no período da noite, porém também não  
51 deu certo. Concluiu que acredita ser a própria cultura do cidadão não participar. Sr.  
52 Auber sugeriu o aumento da publicidade através da imprensa, com o destaque dos  
53 vereadores que participaram, por exemplo. Sr. Alexandre interrompeu esclarecendo  
54 que, como profissional da área de comunicação, esse tipo de publicidade fugiria do  
55 principal assunto a ser abordado, que seria a prestação de contas em si. E esclareceu  
56 que o Núcleo de Comunicação do Município tem feito ampla divulgação e concorda que  
57 há a cultura de não participação bem como a ausência da busca da informação por  
58 parte do cidadão. Sr. Auber concorda que há dez anos tem acompanhado essa  
59 ausência da participação popular. Sr. Newton tomou a palavra e esclareceu que, como  
60 deliberado na última reunião, foram estabelecidas algumas regras de condução da  
61 reunião, para fins de objetividade da mesma, e expôs de forma resumida as regras,  
62 como o tempo de 30 minutos para apresentação e inscrição de quem quer tomar a  
63 palavra posteriormente, réplica e tréplica. Sr. Newton explicou que dentro do intuito de  
64 ampliar a transparência e o acesso às informações, foi criado um mural no hall da  
65 entrada da Prefeitura. Através da seleção das principais informações, no entendimento  
66 da CGM, para que ficasse lá exposto durante todo o período até o próximo  
67 quadrimestre, para que a população pudesse conhecer as informações e de repente  
68 despertar interesse em participar também das audiências. Explicou que nessa  
69 publicação há informação dos recursos que entraram na Prefeitura e os que saíram.  
70 Rapidamente leu as informações constantes atualmente, de Janeiro a Agosto de 2019.  
71 Qual é o índice de aplicação na saúde, que o mínimo constitucional seria de 15% e  
72 hoje se encontra na Prefeitura em 24,17%. O índice de gastos na educação, cujo  
73 mínimo constitucional seria 25%, o mínimo previsto na Lei Municipal é 27,5% e o  
74 Município está em 22,74%. Também há a informação da evolução do índice com gasto  
75 de pessoal em 31 de agosto, de 44,64%. Sr. Newton ainda apresentou como outra  
76 ação executada a criação de uma página no “Facebook” a fim de abrir esse canal de  
77 comunicação e colocar essas informações e outras importantes. O Controlador  
78 apresentou, para essa proposta, as próximas ações planejadas para poder tentar  
79 melhorar essa questão da Transparência: inserir a participação da Diretoria de  
80 Transparência e Prevenção à Corrupção no planejamento da audiência, juntamente  
81 com a Diretoria de Fiscalização e Finanças, através da visão diferente de cada uma. A  
82 apresentação de audiência nas universidades, previsto para o fechamento do 3º  
83 quadrimestre 2019. Levando uma posição anual às universidades, prevista para março,  
84 no início do ano letivo. Outra ação é melhorar a qualidade das informações do Mural



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

85 através de instalação de TV, e esclareceu que há a intenção de ganhar da Receita  
86 Federal ou então comprar. Diante dessa apresentação, Sr. Newton pediu a  
87 possibilidade em mudar o status dessa proposta como concluída, pois seria uma  
88 proposta que não acabaria por se tratar de uma ação continuada. Explica que  
89 atualmente há uma equipe destacada dentro da Diretoria de Fiscalização de Finanças  
90 para poder monitorar essa questão da apresentação e adoção realmente dessas  
91 medidas. A própria Diretoria de Transparência tem o diretor como membro do Conselho  
92 Municipal da Transparência e poderá levar as sugestões para melhoria dessa proposta.  
93 Sr. Newton deu continuidade à apresentação da subproposta 20, que consiste em o  
94 poder público prestar contas das ações do Plano de Transparência durante a prestação  
95 de contas quadrimestral. Informou que a CGM já nessa audiência do segundo  
96 quadrimestre realizada no dia 30 de setembro começou a fazer a prestação de contas  
97 do Plano Municipal da Transparência e que também considera como concluída. Em  
98 relação à linguagem também entra nesse processo de melhoria aqui apresentado.  
99 Passou para a subproposta 23, que consiste em prover a Controladoria-Geral do  
100 Município de estrutura necessária para a boa execução dos trabalhos. Sr. Newton  
101 explicou que hoje o responsável por essa subproposta seria a Secretaria Municipal de  
102 Governo, porém, há a necessidade da apresentação da proposta para reestruturação  
103 por parte da CGM. Sr. Newton relacionou as principais ações que já foram executadas  
104 nessa ação: foi solicitada a transformação de dois cargos de gestão de planejamento  
105 para um de auditoria institucional e outro de engenheiro civil, com vistas, ao  
106 fortalecimento do serviço de auditoria. Informou que a CGM gostaria de ter um  
107 engenheiro dentro do quadro de profissionais para que se pudesse auxiliar na  
108 fiscalização da execução das obras públicas, que se trata de um orçamento bastante  
109 relevante no Município. Outra ação seria a promoção por competência e habilidade: foi  
110 pedida autorização para o Prefeito através da CI nº 053/19-CGM, da promoção de três  
111 técnicos de gestão pública na função de assistência técnica em Controladoria  
112 Institucional, cargo voltado exclusivamente a Controladoria-Geral do Município. Sr.  
113 Newton informou que já foi feita a autorização pelo Prefeito e ainda se encontra em  
114 trâmite na Secretaria de RH. Continuou explicando que as próximas ações planejadas  
115 é encaminhar um novo anteprojeto de Lei para criação de sete cargos de contador para  
116 poder absorver a questão de cálculos judiciais e também cumprir a necessidade desse  
117 profissional nas autarquias. Por exemplo, a CAAPSMML, que tem apenas um contador, o  
118 RH consegue contratar um contador somente após a saída do atual contador, em caso  
119 de aposentadoria. Esclareceu que, nessa atual situação, somente quando o contador  
120 sai é que pode abrir um novo processo de contratação. Sr. Newton destacou que a  
121 contabilidade pública é uma área muito específica e diferente da contabilidade privada.  
122 Que há muita dificuldade em recrutar no mercado um contador público para atuar de  
123 imediato. É importante o treinamento, e com uma vaga só em cada uma das autarquias  
124 isso não é possível. Informou que atualmente há um contador na Fundação de  
125 Esportes de Londrina, um técnico em contabilidade na ACESF e uma contadora na  
126 saúde. Analisando o tamanho dessas entidades e a importância desse trabalho  
127 chegou-se à conclusão dessa proposta de criar um cargo a mais de contador para  
128 poder chegar e fazer essa fase de transição entre os cargos. Com relação aos cálculos  
129 judiciais, atualmente é uma demanda que foi absorvida pela Controladoria, sendo um  
130 serviço prestado a Procuradoria-Geral e hoje está prejudicando a atuação da CGM nos  
131 custos da gestão. Sr. Newton esclarece que reconhece a importância do trabalho dos  
132 cálculos judiciais, da economia de mais de um milhão de reais nos cálculos, mas



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

133 destaca que também a parte de custos é muito importante para o Município. Finalizou  
134 informando que com essa proposta a CGM busca solucionar esse problema que há  
135 hoje na Controladoria-Geral. Explicou que a CGM quer apresentar um estudo para  
136 reforma administrativa da Controladoria-Geral do Município, que a estrutura hoje é  
137 pequena e que o objetivo é focar na missão e na visão e valores da CGM. Sr. Newton  
138 esclareceu que o objetivo é apresentar uma proposta para administração para que a  
139 CGM seja reestruturada. Informa que a intenção é que até o mês de março possa ser  
140 encaminhada outra proposta que está em estudo. Inclui a criação de um Quadro  
141 próprio para Controladoria-Geral, com um fim de ter um aperfeiçoamento no processo  
142 de trabalho. Em referência à subproposta 43, que trata da elaboração e divulgação de  
143 relatórios anuais sobre todos os procedimentos realizados pela Controladoria-Geral do  
144 Município e indicadores de eficiência daí resultantes, Sr. Newton informou como  
145 principais ações executadas: atualmente consta na página da CGM no Portal do  
146 Município, relatórios de auditoria realizados nos exercícios de 2012 a 2018, bem como  
147 consta o plano anual de auditoria interna do ano seguinte elaborado em dezembro de  
148 cada ano. Existe uma relação de quais foram as auditorias realizadas pela  
149 Controladoria. Sr. Newton esclareceu que a CGM ainda não disponibiliza o relatório de  
150 auditoria em si. Para essa situação foi realizada consulta à Procuradoria-Geral do  
151 Município, pois a CGM preocupa-se em relação à existência de muitas informações  
152 que poderiam ser consideradas sigilosas, para a CGM não incorrer em alguma prática  
153 ilegal foi recorrido à Procuradoria, que emitiu parecer jurídico número 895/2017,  
154 dizendo que as informações que se referem à questão do sigilo fiscal não devem ser  
155 fornecidas. Portanto é um cuidado que a Auditoria terá que tomar quanto à divulgação  
156 dessas informações. Sr. Auber questionou que quando existe concorrência, vários  
157 fornecedores, se há aplicação do referido parecer jurídico. O Controlador acrescentou  
158 que isso é só para informações fiscais do fornecedor no Relatório de Auditoria, que  
159 identifique essa condição do fornecedor, valores de faturamento, por exemplo, esse  
160 tipo de situação dentro do Código Tributário, onde trata de informação fiscal, não deve  
161 ser fornecida. A Procuradoria se embasou no Código Tributário e manifestou um  
162 entendimento sobre essa consulta. O Procurador-Geral enfatizou se tratar de uma  
163 questão legal. O Controlador-Geral deu continuidade às próximas ações quanto à  
164 subproposta discutida: a disponibilização do relatório de auditoria na íntegra com as  
165 ressalvas do sigilo fiscal. A previsão é poder iniciar a disponibilização até o final do  
166 primeiro semestre de 2020. Essas eram as ações que estavam como não concluídas  
167 com a CGM. Sr. Newton abriu para manifestações dos demais presentes. Sr. Auber  
168 tomou a palavra quanto à publicidade, à falta de interesse da população. E que os  
169 órgãos de controle interno e externo têm a missão de levar a informação à população  
170 de uma forma eficaz. Destacou existir uma quantidade de informação que uma  
171 população de 628 mil pessoas não consegue ter acesso, parece que é uma  
172 transparência, mas não é uma publicidade. Relatou ainda que surgiram algumas  
173 discussões com agências, os Players do mercado, cada um tem sua agência interna e  
174 as mesmas sugeriram a criação de novelas ou cartilhas como mecanismo de  
175 comunicação, contendo imagem, que você consiga trabalhar. Explicou que relatórios,  
176 atas, pautas e planilhas não fazem parte da realidade do cidadão comum, trata-se de  
177 outro mundo. Enfatizou, quando se fala de Defensoria Pública Estadual, Defensoria  
178 Pública da União, Ministério Público Estadual e Federal, AGU, a população no geral  
179 mistura absolutamente tudo, com raras exceções. Sr. Auber propôs ainda o exercício  
180 de dar a ideal publicidade às informações públicas. Destacou que, se há o desejo de se



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

181 comunicar, se quer com que a população tenha acesso e consiga reverberar e consiga  
182 trabalhar na cidade como uma Polis, temos que aumentar a eficiência. Quanto ao item  
183 23, solicitou para a próxima reunião o valor para sua implementação e colocou o  
184 Conselho Municipal de Transparência e Controle Social à disposição. Quanto a  
185 conseguir algum bem junto à Receita Federal e demais órgãos, como o Observatório.  
186 Sr. Newton respondeu informando que já foi feita solicitação junto à Receita Federal,  
187 que está tramitando esse pedido. Realmente no anteprojeto de Lei para contratação  
188 constam os valores e informou que trará na próxima reunião. Quanto à publicidade, Sr.  
189 Newton esclareceu que no que se refere à Audiência Pública há uma série de  
190 previsões legais e que por vezes não se torna possível fugir da linguagem técnica, para  
191 que se esteja em conformidade com a legalidade. Porém se comprometeu a levar a  
192 questão da melhora da publicidade às diretorias responsáveis dentro da CGM. Sr.  
193 Danilo tomou a palavra e falou a respeito de sua experiência enquanto diretor da área  
194 de contabilidade, que sempre houve o total interesse em levar à população a  
195 informação, tornar a linguagem mais acessível, porém há bastantes limitações, foi  
196 identificado o desinteresse da população. Acrescentou que com relação a fazer novela  
197 envolve orçamento e conhecimentos especializados, não é muito simples. Acrescentou  
198 que há os vídeos do Senado Federal que coloca de forma bem clara e objetiva, mas  
199 nesse caso envolve computação gráfica talvez atores, pessoal dedicado  
200 especificamente a essa função. Danilo continuou com a palavra no que se refere à  
201 divulgação do relatório de auditoria: olhando meio por cima o que diz ali o trecho  
202 destacado do parecer falou que não se pode divulgar as informações fiscais da  
203 empresa, Danilo destacou que o parecer de auditoria não tem só a informação fiscal,  
204 inclusive a maioria das informações são produzidas pelo auditor, são públicas, além  
205 dos relatórios, os totais. Há, portanto a possibilidade de se preservar essa questão da  
206 informação fiscal, mas de qualquer forma divulgar todo o restante. Transmitiu sua  
207 opinião que nesse sentido que teria para evoluir a página no Portal da Controladoria.  
208 Sr. Newton explicou que na página da Controladoria existe informações que remetem à  
209 capacitação, com links de vídeos do próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná,  
210 para a população começar a aprender, porque não é simplesmente traduzir aos  
211 cidadãos, há a necessidade deles aumentarem o vocabulário, o que é um orçamento,  
212 planejamento. Então inserindo esses conceitos para a população para que ela também  
213 possa ter um ganho na gestão do conhecimento. Enfatizou que esses canais estão lá  
214 disponíveis, que gostou da ideia do Sr. Danilo e que a CGM procurará até dar mais  
215 publicidade a esses canais que existem hoje. Sr. Newton passou a palavra ao Sr.  
216 Alexandre, que mencionou com relação ao assunto da dificuldade de publicidade das  
217 informações, trata-se de uma tarefa hercúlea, que a comunicação faz constantemente,  
218 questiona-se como que nós vamos conseguir atrair, como que nós vamos conseguir  
219 buscar as pessoas. Acrescentou que há décadas vem se discutindo isso, inclusive nos  
220 meios de comunicação, exemplificou que é só pegar um jornal de grande circulação,  
221 nas matérias de interesse, esse assunto da prestação de contas pode ter certeza é o  
222 que menos chama atenção, porque hoje a linguagem é como o próprio Sr. Newton  
223 falou, existe aquela linguagem técnica, devido às prerrogativas a cumprir. Sr. Alexandre  
224 continuou com a palavra, acrescentando que paralelo a isso há uma corrente nova que  
225 está chegando ao Brasil, uma corrente que nasceu na Colômbia, comentada inclusive  
226 na reunião passada, da linguagem clara, essa questão da linguagem clara é ainda um  
227 projeto modelo que está sendo desenvolvido, trabalhado no Brasil em São Paulo e  
228 Espírito Santo apenas. É possível tentar trazer essa linguagem, diferente da cidadã, a



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

229 linguagem clara caminha paralela à linguagem cidadã que é aquela linguagem que se  
230 tem na transmissão para o cidadão, para a população em geral, e pode ser trabalhada  
231 numa audiência, após estudo de como é que vai trabalhar isso, que não é tão fácil. Mas  
232 a linguagem clara, explica Alexandre, é para documentos, elaboração de documentos.  
233 Exemplificou que essa linguagem é utilizada na preparação de um documento, um  
234 relatório, uma cartilha. E esclareceu que para se chegar à linguagem clara, é preciso  
235 fazer uma pesquisa de campo com a população para ver o que é que ela quer, que ela  
236 necessita, então se trata de algo trabalhoso, mas possível, com muitas etapas a serem  
237 cumpridas. Quanto à questão da produção de novelas, Sr. Alexandre expôs a questão  
238 de orçamento e a estrutura atual do núcleo de comunicação, que não há equipamentos  
239 e estrutura. Porém ao longo do tempo pode ser algo possível. Com relação aos vídeos,  
240 dirigiu a palavra ao Sr. Newton e informou que há uma série no Portal da AGU,  
241 Advocacia Geral da União, que explica uma série de vídeos educativos, falando da  
242 linguagem da administração pública, logicamente estão falando dentro do cenário  
243 Federal União, mas que dá para trazer porque traduz muita coisa. Da mesma forma  
244 que TV Câmara e o Senado, há bastante material que elucida e auxilia com uma  
245 linguagem um pouco mais acessível, através de vídeos curtos. Sugeriu que é possível  
246 divulgar, pois trabalhando “linkado” não está tirando o crédito, pelo contrário, está se  
247 fazendo a publicidade desses órgãos. Uma última questão com relação à divulgação de  
248 informações, Sr Alexandre explicou que a administração deverá ficar muito atenta a  
249 essa questão da publicidade com relação à Lei Geral de Proteção de Dados, que entra  
250 em vigor em agosto. Informou que participou de um evento em Florianópolis a respeito  
251 de denúncia em Ouvidoria e foi bastante enfatizada essa questão que os municípios  
252 precisam e devem buscar informação e fazer o dever de casa no cumprimento dessa  
253 Lei. Nesse aspecto então, Sr. Alexandre destacou que será necessário trabalho muito  
254 minucioso naquilo que vai ser divulgado para não incorrer-se em penalização e  
255 responsabilização futura. Professor Saulo tomou a palavra, pediu desculpas por seu  
256 atraso e expôs sua opinião informando que há muito material bom que aborda aspectos  
257 gerais sobre a linguagem mais acessível, auxílio da fiscalização das políticas públicas e  
258 a participação cidadã e que não se deveria talvez trabalhar e empreender esforços em  
259 algo que já tem pronto. Sugeriu, para a questão da publicidade, elaborar pequenos  
260 exercícios, talvez contando com o auxílio do Observatório, do Conselho de  
261 Transparência, objetivando a divulgação de parte daquilo que é legalmente obrigado.  
262 Explicou que para a população em geral, pessoas que não tem conhecimento técnico  
263 para fazer análise, as atuais informações podem gerar nenhum tipo de interesse. Mas  
264 professor Saulo disse que acredita que quando se fala de coisas que façam sentido  
265 para essas pessoas, pode-se atingir uma grande parcela da população. Exemplificou o  
266 exercício que foi feito e inclusive exposto em reunião do Comitê, referente a quanto que  
267 custa um aluno. Em sua opinião, para aquela pessoa mais simples, moradora de um  
268 bairro, se é falado a ela que o orçamento da educação é de 10 milhões, não vai fazer  
269 sentido a ela, não vai ter conexão. Mas se é informado que no bairro tal, na escola  
270 Maria da Silva, o Município investe tantos reais para a manutenção do seu filho na  
271 escola e isso está dentro do orçamento da educação municipal, questões assim bem  
272 básicas para tentar fazer micro exercícios. Não de tentar fazer tudo isso de uma vez,  
273 mas de coisas que façam sentido, porque, segundo o professor, as pessoas precisam  
274 enxergar. Exemplificou novamente: a comunidade que está na região x, informar o  
275 quanto está sendo investido de recurso para atendimento na área de saúde, que a UBS  
276 faz tantos atendimentos, o Município tem que fazer esse aporte de recursos para fazer



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

277 a manutenção e assim sem fazer juízos de valor. Professor Saulo enfatizou que esse  
278 tipo de informação não precisa ter o juízo se é bom ou ruim, nem tentar ir para o lado  
279 da propaganda e sim para a questão da informação, para dizer que essa informação  
280 está ligada a um orçamento municipal, porque aí vai fazer sentido. Questões mais  
281 micro, pequenas e que possam fazer mais sentido para a população. Professor Saulo  
282 enfatizou que tentar fazer algum exercício pequeno, com uma linguagem muito  
283 simples, de alguma coisa específica do Município, porque a informação generalizada  
284 dificilmente será amplamente destacada em veículos de grande circulação, como  
285 mencionado pelo Sr. Alexandre. Quando se fazem esses pequenos exercícios, que  
286 podem ser divulgados, por exemplo, no “Facebook” das escolas, onde o aluno está  
287 estudando, despertará o seu interesse, pois se trata da escola onde está estudando.  
288 Professor Saulo ainda enfatizou que as informações são necessárias, mas há mais  
289 interesse na informação mais próxima. Exemplificou que a informação tem que fazer  
290 sentido para Dona Maria que mora no Lindóia, para pessoa que mora no centro. Sr.  
291 Newton informou que com relação a esse apontamento do Professor Saulo, nas  
292 reuniões da CGM voltadas a audiência pública, tentou-se inovar e colocar as principais  
293 entregas, quando se faz uma liquidação da despesa é porque foi entregue, então a  
294 CGM levantou todas as entregas que foram realizadas no quadrimestre. Esclareceu  
295 que as fotos que aparecem são na verdade fotos atuais das entregas, e há a pretensão  
296 de publicar as entregas como, por exemplo, a obra do viaduto que foi concluída, o que  
297 foi executado naquele período. Mas explicou que infelizmente isso ainda não está  
298 estruturado para esse tipo de publicidade. Em função da estrutura da Controladoria, se  
299 consegue debruçar sobre o assunto somente quando está na iminência de acontecer,  
300 porque há outras demandas que exigem a atenção, se trabalha no momento com o  
301 urgente. E essa visão tem que ser modificada. Sr. Newton informou que está tentando  
302 implementar para o próximo ano a adoção de métodos ágeis, para a solução de  
303 problemas. Que consiste em focar realmente na inovação, e dentro dessa metodologia  
304 há o foco no período de uma semana, em que uma equipe deve estudar o problema e  
305 gerar soluções, elaborar um protótipo até sexta-feira e testar para ver a aplicabilidade  
306 dessa ideia. Sr. Newton continuou comunicando que participou do evento de inovação  
307 em Brasília e o palestrante falou que nós no Brasil estamos enfrentando problemas do  
308 século 21 com ferramentas do século passado, coisas que a gente (da prefeitura) nem  
309 ouviu falar. Destacou que preza muito a participação do servidor nesses eventos,  
310 porque questionou: Como ele vai pensar diferente, se não vê coisas diferentes? Sr.  
311 Newton finalizou, colocando que é nessa expectativa que a CGM poderá adotar esse  
312 tipo de inovação. Professor Saulo reforçou o entendimento de que a questão de  
313 transparência não deve ficar restrita apenas às diretorias da CGM, tem que ser para  
314 todos, para cada setor, não sendo uma obrigação só de um e de outro. Cada setor  
315 poderia contribuir, como, por exemplo, área X, na área fiscal, como é que deve se fazer  
316 para passar o que está acontecendo de um jeito simples, não desprezando a parte  
317 legal, o rito legal. Mostrar aquilo que é mais relevante. Sr. Danilo expôs, dentro do  
318 contexto da publicidade das informações, onde se informa, por exemplo, que foram  
319 gastos 321 milhões com educação, e a população pode perguntar: mas esse valor  
320 gasto é bom ou é ruim? Esse valor informado poderia ter sido 400 ou 200, ou então  
321 será que com menos não teria feito o mesmo? Quantos alunos foram atendidos? Qual  
322 que é a nossa comparação referente a outros municípios que gastam mais ou menos?  
323 Sr. Carlos Siqueira, da Diretoria de Transparência e Prevenção à Corrupção informou  
324 que há a preocupação em estar colocando essas informações de uma maneira mais



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

325 clara possível, para as informações chegarem às pontas, a todos os cidadãos, sugeriu  
326 a transmissão de informações importantes através de aplicativos como o “Whatsapp”,  
327 acessíveis a uma grande parcela da população. Na página do “Facebook” da CGM há  
328 informações que entende ser úteis, o ícone Capacitando o Cidadão, no Portal da  
329 Transparência, além de outras informações mais resumidas e simples. Há a sugestão  
330 de interagir mais com a população, porém verifica-se, a exemplo dos Conselhos  
331 municipais, que a participação não é íntegra. Sr. Carlos entende que essas  
332 informações discutidas nessas reuniões devem chegar a todos os conselhos, para os  
333 conselhos auxiliarem nessa publicidade das informações. Também colocou a questão  
334 da existência de TVs nas UBS para a divulgação das informações, vídeos simples,  
335 informações específicas citadas pelo Sr. Saulo. Informações de origem fiscal, o quanto  
336 cada bairro recebeu de melhoria em contrapartida do IPTU pago, para o cidadão ver  
337 que o seu dinheiro está sendo aplicado, para onde está indo seu dinheiro, fazendo com  
338 que o cidadão enxergue a administração de uma maneira diferente. Sr. Auber tomou a  
339 palavra e observou que é interessante quando todos começam a olhar para o mesmo  
340 ponto, quer dizer que há convergência de atitudes e ações, verificando a sequência de  
341 atos que estão acontecendo, tem um ato aqui que é um contato com as Universidades.  
342 Sr. Auber sugeriu elaborar três “cases” colocados como protótipos e lançar para essas  
343 Universidades, solicitando uma colaboração dos alunos, professores. Destacou que  
344 hoje há a TV UEL, que, em sua opinião, o acesso não seria difícil, inclusive se dispõe  
345 em entrar em contato. Deu também um exemplo de “Case”: o Plano Diretor Decenal  
346 decodificá-lo em linguagem cidadã. Na área da saúde, fazer uma comunicação cidadã  
347 no lado da saúde, que é uma coisa que pouco se investe, porque aí estaria não  
348 aumentado de 14 para 15 e sim diminuindo de 24 para 15, salvando recursos da área  
349 da doença e trazendo para área da saúde, mesma coisa na área da Educação, do  
350 transporte público. Por exemplo, vai haver uma diminuição do imposto sobre serviços  
351 de qualquer natureza no transporte coletivo? Vai. Isso impacta naquele centavo, como  
352 é que o demonstrativo de cálculo pode chegar naquele centavo, sendo que o benefício  
353 do ISS de X para empresa. Isso é transparência, Micro Ações, serviço público.  
354 Destacou que com a criatividade se consegue quebrar paradigmas, porque o  
355 paradigma está aí há mais de uma década. É necessário quebrar o paradigma com  
356 baixo recurso porque não tem verba prevista na LDO e PPA. Até chegar a um  
357 determinado momento em que se tem um meio de como se comunicar a população os  
358 serviços públicos, o que a prefeitura faz. Sr. Alexandre tomou a palavra quanto a fala  
359 do Sr. Auber, na questão da linguagem cidadã e expôs que se for levado a UEL, para  
360 pessoal da TV UEL traduzir as informações, não irá surtir resultados, porque quem tem  
361 que ter a linguagem cidadã é o técnico. O técnico na Prefeitura tem que já passar a  
362 informação traduzida para o cidadão. O pessoal da UEL não vai saber, vai se pegar a  
363 linguagem técnica e ficar na linguagem técnica. Sr. Alexandre destacou que hoje os  
364 profissionais de comunicação têm dificuldades em entender a linguagem técnica. A  
365 linguagem cidadã é o traduzir tudo que é técnico para o popular para que se possa  
366 atingir a Dona Maria que mora lá na periferia e o seu João, Doutor PHD no centro,  
367 falando a mesma linguagem para os dois e os dois entendendo. Sr. Alexandre colocou  
368 que o desafio não é buscar lá nas Universidades, tem que conversar dentro de casa e  
369 fazer com que os nossos profissionais no atendimento no dia a dia, o médico para  
370 Dona Maria, explicando: a senhora está aqui com uma esclerose múltipla, o que é  
371 esclerose múltipla. Enfatizou que há a necessidade de um trabalho interno, não  
372 descartando logicamente parcerias, que isso é fundamental e salutar, mas há



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas – 2019**

373 condições de começar com o corpo técnico a traduzir, saindo daquela linguagem  
374 tecnocrata, que todo mundo tem: o advogado com seu juridiquês, o economista com  
375 seu economês, o contador com a linguagem contábil, todo mundo começar a falar uma  
376 linguagem única, esse é o principal desafio. Em seguida entrou na questão dirigida  
377 mais à Controladoria. Dentro do que o Sr. Siqueira apontou, Sr. Alexandre sugeriu  
378 contato com o Sr. Diego Cunha e a Sra. Carla Sehn, explicando que o Sr. Diego Cunha  
379 cuida da parte de mídias sociais, a parte de comunicação de “Facebook”, “Instagram” e  
380 etc., e a Sra. Carla está na comunicação mais efetiva. Explicou que tudo que for falado  
381 a respeito de comunicação e não passa por esses senhores, está se passando por  
382 cima deles e agindo não de forma uniforme, desprezando o papel do N. Com, ações  
383 que eles podem e têm que estar desenvolvendo. Esclareceu que para nós tentarmos  
384 fazer o papel deles é perigoso. Nós não somos profissionais da área. Sr. Alexandre,  
385 mesmo sendo profissional da área de comunicação explicou que enquanto Ouvidor,  
386 tudo que faz ligado a esse tema se comunica com essas pessoas, não faz nada sem  
387 pedir anuência deles, porque eles precisam acompanhar e ter esse cuidado do que  
388 está saindo. A política de comunicação da administração, seja ela para transparência,  
389 seja ela para ação educativa, precisa do acompanhamento desses profissionais. Sr.  
390 Alexandre alertou que é preciso tomar cuidado, e sugeriu conversa com as duas  
391 pessoas acima mencionadas para que possa haver mais sintonia nesse aspecto. Sr.  
392 Alexandre enfatizou quanto à questão da TV de circuito interno, pensa como uma ótima  
393 ideia, que já havia conversado com Sr. Siqueira e Sra. Carla. Trata-se de uma ideia  
394 que há tempos se gostaria de implantar, porém recai sobre a questão custos de  
395 produção dos vídeos. Não se pode produzir um vídeo amador, é necessário um vídeo  
396 com o mínimo de produção e principalmente aquilo que está se buscando, que são as  
397 TVs para que se possa disponibilizar e estar fazendo aquele trabalho subliminar,  
398 enquanto o cidadão está lá na sala de espera na praça de atendimento da Secretaria  
399 de Fazenda, está recebendo informação educativa. Sr. Alexandre enfatizou que é  
400 fundamental o contato com o Núcleo de Comunicação, inclusive na questão de Edital  
401 de Publicidade, para que se façam campanhas educativas não somente para saúde,  
402 para educação, dengue, trânsito, mas outras questões aqui colocadas. Sua sugestão é  
403 conversar com eles e tentar avançar nessas questões na publicidade, porque aí haverá  
404 uma agência de publicidade fazendo um material. Já que há um custo X para ser gasto  
405 com publicidade, por que não tentar incutir esse tipo de atividade no custo, talvez bem  
406 menor, bem reduzido, bem mais prático, sem necessidade de gerar contratação. Sr.  
407 Auber tomou a palavra e atentou para sua sugestão quanto aos três “cases”. Sr.  
408 Newton explicou que dentro dessa metodologia citada pelo Sr. Auber se trabalha um  
409 problema e o problema seria trabalhar como transmitir, como realizar essa audiência  
410 para os alunos. Sr. Auber exemplificou que o case consiste, por exemplo, pegar um  
411 trecho do plano diretor e trabalhar aquilo dentro uma visão mais coloquial, uma visão  
412 cidadã, e não aquelas 1860 laudas. Um exemplo no caso da Saúde pode ser feito isso,  
413 aplicando a linguagem cidadã, a linguagem clara, a exemplo do Município de São  
414 Paulo. Em sua opinião, é preciso fazer só para uma experiência. Sr. Alexandre  
415 esclareceu que quanto à linguagem clara no momento é um pouco mais complicado, se  
416 dispôs a explicar depois, mas quanto à linguagem cidadã tranquilo. Explicou que a  
417 linguagem clara ainda encontra-se em processo de estudo, muito próxima a linguagem  
418 cidadã. Sugeriu dentro dessa questão da linguagem cidadã, o auxílio da escola de  
419 governo, que poderia ser desenvolvido um projeto entre Ouvidoria e Controladoria, uma  
420 formação para o servidor do que é linguagem cidadã, para que ele possa já começar



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

421 no seu dia a dia a fazer esse tipo de ação. É uma ação que se pode pensar em  
422 trabalhar em conjunto, e levar para a escola de governo e tentar desenvolver em uma  
423 parceria. Sr. Newton deu continuidade informando que está em pauta discutir a  
424 apresentação das propostas sob-responsabilidade da Ouvidoria, da CODEL, do  
425 Planejamento, Obras e RH. Em decorrência do tempo sugeriu ficar para próxima  
426 reunião. Sr. Alexandre se dispôs em apresentar a subproposta da Ouvidoria. Iniciou,  
427 portanto, a subproposta 46, que consiste: ao final de cada ano, a Ouvidoria divulgará,  
428 em espaço próprio em seu endereço eletrônico, relatório sobre todas as reclamações  
429 protocoladas nos doze meses antecedentes, discriminando as secretarias, os serviços  
430 ou os atos e decisões que geraram reclamações, as repostas dadas, as medidas  
431 tomadas e os prazos em que se deram as respostas. Sr. Alexandre respondeu que já é  
432 feito pela Ouvidoria levantamento quantitativo, mês a mês, quantas sugestões, elogios,  
433 pedidos da LAI, quantas denúncias, está tudo lá. Informou que há outro relatório que  
434 mostra a demanda por secretaria. Explicou que a Ouvidoria conseguiu uma estagiária  
435 para fazer o levantamento de Janeiro até Novembro de quais são as demandas por  
436 secretaria, portanto já há um grande avanço. Explicou que infelizmente ainda está  
437 limitado devido à questão pessoal. Sr. Alexandre justificou que uma servidora da  
438 Ouvidoria se ausentou por licença-maternidade e vai emendar duas férias vencidas, ou  
439 seja, só irá retornar em setembro. Está tentando trazer outra servidora que tem  
440 interesse em trabalhar na ouvidoria, que vai auxiliar em muito na questão inclusive de  
441 projetos da própria Ouvidoria. Além de uma servidora que está cedida e há o risco de  
442 sair caso a secretaria que está cedendo a solicite novamente. Destacou que há uma  
443 responsabilidade na Ouvidoria em cumprir o previsto na LAI, Transparência, e não se  
444 pode cair de onde já se chegou. Informou que houve um aumento de demandas, isso  
445 porque está se conseguindo fazer a Ouvidoria mais ágil, mais conhecida lá fora pelas  
446 pessoas, que estão procurando esse canal como um meio de comunicação,  
447 interlocução com poder público. Resumiu que há na Ouvidoria três servidores hoje,  
448 correndo risco de ficar com dois, e houve o aumento de demandas de 2017 para 2019,  
449 em que já havia dois servidores, o aumento é mais de 100%. Concluiu que nesse  
450 aspecto o relatório mais detalhado ainda não é possível, mas já há um avanço naquilo  
451 que era e onde se pode chegar mais próximo do ideal. Mas para chegar próximo de  
452 ideal se faz necessária a existência de pelo menos quatro servidores. Destacou que em  
453 participação sua em evento em Florianópolis, uma semana de curso promovido pelo  
454 TCE de Santa Catarina, pela Ouvidoria-Geral da União, Controladoria-Geral da União e  
455 o tema era tratamento de denúncias em Ouvidoria. Descobriu a responsabilização  
456 dentro do que fala a Lei Geral de Proteção de Dados e dentro do que a própria LAI, a  
457 Lei 13.460, quanto ao sigilo que deve ser dado ao denunciante. Não pode haver  
458 identificação do denunciante e o Ouvidor explicou que ainda não conseguiu transmitir  
459 esse conteúdo a sua equipe, exemplificando sua rotina em razão do pequeno número  
460 de servidores. Informou que a Ouvidoria está muito além de muitos municípios  
461 brasileiros e município de porte igual ou maior de Londrina, no que diz a questão aos  
462 relatórios. Há em Londrina a divulgação mensal dos quantitativos. Quanto ao qualitativo  
463 já está pré-desenvolvido e se tudo der certo, em janeiro de 2020 é possível fazer a  
464 primeira divulgação qualitativa, inclusive colocando perguntas e respostas mais  
465 recorrentes. Sr. Alexandre comunicou que espera conseguir a elaboração desse  
466 Relatório, que é desenvolvido manualmente. Porém depende do quadro de pessoal.  
467 Em resposta ao Sr. Auber esclareceu que há relatórios mensais, sem gráficos e  
468 estatísticas. Exemplificou: Secretaria de Ambiente, quantas reclamações chegaram



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

469 sobre corte de árvore, queda de árvore, apreensão de animais que estão sofrendo  
470 maus-tratos. É possível trazer qual é a demanda, mas pretende-se trazer futuramente,  
471 se tudo der certo nessas efetivações, trazer essa questão de perguntas mais  
472 frequentes e as respostas mais recorrentes. Deixando bem claro que não se pode  
473 colocar quem é o cidadão, o endereço, nada que possa identificá-lo, independente da  
474 demanda, mesmo pedido de acesso à informação não se pode colocar qual a  
475 identificação da pessoa requerente. Mas é possível publicar quais são as mais  
476 recorrentes, quais são as respostas mais dadas. Professor Saulo elogiou a evolução e  
477 opinou quanto à catalogação dos formulários e Sr. Alexandre explicou que já está  
478 dessa forma organizado, qual é a demanda que se quer um pedido de acesso à  
479 informação, uma reclamação crítica, uma sugestão, uma denúncia. A Ouvidoria verifica  
480 qual é a tipologia e o conteúdo e se o conteúdo condiz com a tipologia, se condiz  
481 correto, se não, em conformidade com a legislação, pode-se fazer alteração para o  
482 cidadão, fazer uma análise e um encaminhamento para as secretarias que seriam  
483 responsáveis, e consequentes tramitações. Sr. Alexandre enfatizou que esse  
484 levantamento realizado do qualitativo é manual, o sistema SEI não permite  
485 infelizmente. Esclareceu que há a plataforma nacional Fala BR, que é o antigo e-ouv.  
486 Porém ainda não foi adotado em decorrência de uma série de questões burocráticas  
487 que ele impõe para quem vai acessar pela primeira vez e depois quem vai ser  
488 recorrente, porque se há o esquecimento da senha, não é possível acessar novamente  
489 e se houver a tentativa de se fazer um novo cadastro o sistema não aceita. Faz-se  
490 necessário quebrar um pouco dessa burocracia. Outro aspecto é que o Fala BR atende  
491 as demandas de reclamação, crítica, sugestão ou elogio, denúncia e simplifique, mas  
492 não permite entrar com a demanda de pedido de Lei de Acesso à Informação. Pois  
493 hoje o governo federal não disponibiliza para os municípios, isso está previsto para  
494 Abril do ano que vem, ainda não há previsão de haver unificação do chamado e-sic e e-  
495 ouv para os Municípios. Aí seria necessário trabalhar aqui no Município com o Sei e o  
496 Fala BR, podendo gerar confusão para o cidadão usuário da informação. Esclareceu  
497 que no encontro que participou lá em Florianópolis uma das críticas mais ouvidas foi  
498 essa questão do sistema Fala BR, não indo de encontro às leis que preveem a  
499 desburocratização. Sr. Newton pontuou que faltaram as ações e o prazo de execução.  
500 Sr. Alexandre esclareceu que depende da autorização de terceiros para a realização  
501 das contratações. Sr. Newton destacou a responsabilização da Secretaria de Governo  
502 referente à reestruturação da Ouvidoria. Sr. Alexandre destacou como ação a busca de  
503 melhoria no quadro do pessoal. Sr. Newton finalizou colocando a questão da reunião  
504 de janeiro, em decorrência do período de férias, se pode ser cancelada e retomar as  
505 reuniões em fevereiro de 2020, destacando que os trabalhos internos na CGM com  
506 relação ao Comitê continuarão em janeiro. Todos concordaram, portanto a próxima  
507 reunião ficou marcada para o dia 11/02/2020. Sr. Newton agradeceu a presença de  
508 todos, e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Angela Biazon Moraes  
509 Massoni, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Newton  
510 Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 10 de dezembro de 2019. A reunião foi  
511 encerrada às 15 horas e 43 minutos.

512  
513  
514  
515  
516

Newton Hideki Tanimura: \_\_\_\_\_

Angela Biazon Moraes Massoni: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
**Comitê Gestor do Plano Municipal de**  
**Transparência e Controle Social**  
**Atas - 2019**

517 Carlos Alberto Siqueira: \_\_\_\_\_  
518 \_\_\_\_\_  
519 Gisele Cristhiane Itiyama: \_\_\_\_\_  
520 \_\_\_\_\_  
521 Alexandre Sanches Vicente: \_\_\_\_\_  
522 \_\_\_\_\_  
523 André Luis Gebara de Sousa: \_\_\_\_\_  
524 \_\_\_\_\_  
525 Auber Silva Pereira: \_\_\_\_\_  
526 \_\_\_\_\_  
527 Danilo A. L. Barbosa: \_\_\_\_\_  
528 \_\_\_\_\_  
529 João Luiz Martins Esteves: \_\_\_\_\_  
530 \_\_\_\_\_  
531 José Albino O. Branco: \_\_\_\_\_  
532 \_\_\_\_\_  
533 Rodrigo Victor da Silva: \_\_\_\_\_  
534 \_\_\_\_\_  
535 Saulo F. A. Vieira: \_\_\_\_\_

